



Universidade de Brasília (UNB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência
da Informação e Documentação (FACE)
Departamento de Economia (ECO)
Programa de Pós-Graduação em Economia
Curso de Mestrado Profissionalizante

GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR: Evolução dos Gastos Federais com a Universidade de Brasília entre 2003 e 2010

ELIZÂNIA DE ARAÚJO GONÇALVES

Brasília - DF

2013



Universidade de Brasília (UNB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência
da Informação e Documentação (FACE)
Departamento de Economia (ECO)
Programa de Pós-Graduação em Economia
Curso de Mestrado Profissionalizante

GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR: Evolução dos Gastos Federais com a Universidade de Brasília entre 2003 e 2010

ELIZÂNIA DE ARAÚJO GONÇALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Economia – PPGE - da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Roberto de Góes Ellery Júnior

Brasília - DF

2013

ELIZÂNIA DE ARAÚJO GONÇALVES

**GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO SUPERIOR:
Evolução dos Gastos Federais com a Universidade de
Brasília entre 2003 e 2010**

Dissertação **aprovada** como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Economia de Finanças Públicas** do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB). A Comissão Examinadora foi formada pelos professores:

Prof. Roberto de Góes Ellery Júnior (Orientador)

Departamento de Economia - UnB

Prof. Antônio Nascimento Júnior

Departamento de Economia - UnB

Prof. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto

Departamento de Economia - UnB

Brasília, 25 de junho de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais
Hernandes (*in memoriam*) e Aleida, ao
meu esposo Jayderson e aos meus filhos
Alexia e Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Ao carinho e apoio de minha querida mãe, que sempre me incentivou a estudar e a prosseguir em busca da realização de meus sonhos.

À paciência e compreensão do meu esposo Jayderson e de meus filhos Aléxia e Guilherme durante a realização deste curso.

Ao meu orientador, Professor Roberto de Goés Ellery Júnior, pela paciência e atenção em todo o período de construção desta dissertação.

Ao dedicado e atencioso Professor Antônio Nascimento Júnior, pelo valioso apoio.

À Universidade de Brasília, por proporcionar este curso destinado aos servidores técnico-administrativos.

Aos professores do Departamento de Economia, em especial àqueles que nos ministraram durante o curso, disciplinas essenciais à nossa formação.

A todos os meus colegas de Mestrado, que se tornaram amigos no decorrer destes semestres em que estivemos juntos.

Aos membros da banca examinadora.

A todos os funcionários do Departamento de Economia pelo apoio às vezes silencioso, mas fundamental.

RESUMO

Estudos no âmbito das Finanças Públicas têm apontado para o crescimento dos Gastos Públicos em todas as esferas governamentais. Os recursos são limitados, enquanto as necessidades, além de ilimitadas são crescentes. Neste sentido, a Educação é reconhecida como um dos fatores que exercem maior importância para o desenvolvimento dos países. Segundo alguns teóricos, à medida que a população eleva seu grau de escolaridade, passa a exigir a prestação de serviços públicos com mais qualidade, além de outros que não eram prestados pelo setor público. Desta forma, este trabalho se propôs a analisar a dinâmica dos Gastos Públicos Federais com a Universidade de Brasília, no período de 2003 a 2010, e mais especificamente os recursos consignados à Fundação Universidade de Brasília através da Lei Orçamentária Anual – LOA. O trabalho mostra a evolução dos recursos destinados aos grupos de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital. Embora tenha havido aumento progressivo no grupo Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital, excluindo-se para este o ano de 2006, quando se analisa os valores totais repassados, verifica-se que nos anos 2006, 2008 e 2009 houve decréscimo em relação ao ano imediatamente anterior. Observou-se, desta forma, que a Universidade de Brasília, além de possuir outras fontes próprias de arrecadação, necessita repensar seu papel social bem como a possibilidade de efetuar cobrança de taxas de alunos que comprovadamente possuem elevada renda, continuando pública, mas não totalmente gratuita.

Palavras-chave: Gastos Públicos. Gastos Sociais. Orçamento Público. Financiamento da Educação Superior. Universidade de Brasília.

ABSTRACT

Studies under the Public Finance have pointed to the growth of spending in all spheres of government. Resources are limited, while needs, plus unlimited are increasing. In this sense, education is recognized as one of the factors that exert utmost importance for developing countries. According to some theorists, as the population increases their level of education, shall require the provision of public services with better quality, in addition to others that were not provided by the public sector. So, this study aimed to analyze the dynamics of government spending with the Federal University of Brasilia, between 2003 to 2010, and more specifically those funds to the University of Brasilia Foundation through the Annual Budget Law - LOA. The work shows the development of the resources allocated to groups of expenses Payroll, Other Current Expenditure and Capital Expenditure. Although there has been a progressive increase in the group Other Current Expenditure and Capital Expenditure, excluding for this year 2006, when analyzing the total amounts transferred, it appears that in the years 2006, 2008 and 2009 there was a decrease compared to the year immediately preceding. Observed thus that the University of Brasilia, besides having other sources of own revenue, need to rethink their social role as well as the ability to make charging fees of students who are known to have high income, continuing public, but not fully free.

Keywords: Public Spending. Social Expenditure. Financing of Higher Education. Federal Institutions of Higher Education. University of Brasilia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução dos Repasses MEC - FUB – 2003/2010.....	40
Gráfico 2	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2003/2010 – por Grupos de Despesas.....	41
Gráfico 3	Evolução dos Repasses MEC – FUB – 2003/ 2004.....	42
Gráfico 4	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2003/2004 – por Grupos de Despesas.....	43
Gráfico 5	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2004/2005.....	44
Gráfico 6	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2004/2005 – por Grupos de Despesas.....	45
Gráfico 7	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003 a 2005.....	46
Gráfico 8	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2005/2006.....	46
Gráfico 9	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2005/2006 – por Grupos de Despesas.....	47
Gráfico 10	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003-2006.....	48
Gráfico 11	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2006/2007.....	48
Gráfico 12	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2006/2007 – por Grupos de Despesas.....	50
Gráfico 13	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003-2007.....	50
Gráfico 14	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2007 e 2008.....	51
Gráfico 15	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2007/2008 – por Grupos de Despesas.....	52
Gráfico 16	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003 a 2008.....	53
Gráfico 17	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2008 e 200.....	54
Gráfico 18	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2008/2009 – por Grupos de Despesas.....	55
Gráfico 19	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003 a 2009.....	56
Gráfico 20	Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2009 e 2010.....	57
Gráfico 21	Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2009/2010 – por Grupos de Despesas.....	58
Gráfico 22	Comparativo dos Repasses MEC– FUB - 2003 e 2010.....	59
Gráfico 23	Evolução do Orçamento do MEC para as Universidades Federais – 2003 a 2010.	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Despesas do governo federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por fonte - 2000/2008.....	29
Tabela 2	Despesas do governo federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por subfunção - 2000/2008.....	30
Tabela 3	Gastos realizados pelas Universidades Federais – 1998-2001.....	35
Tabela 4	Evolução de Recursos Orçamentários do Tesouro – 2003 a 2010 – Atualizada.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPLAN – Centro de Planejamento Oscar Niemeyer
CF – Constituição Federal
FUB – Fundação Universitária de Brasília
FMI – Fundo Monetário Internacional
FORPLAD - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior
FPF – Fundo Público Federal
GSF – Gasto Social Federal
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
ICC – Instituto Central de Ciências
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NFTE – Aluno Equivalente
OCC – Orçamento de Custeio e Capital
PIB – Produto Interno Bruto
REUNI – Reestruturação das Universidades Federais
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
UBC – Unidade Básica de Custeio
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Considerações iniciais	12
1.2 Objetivos	14
1.3 Organização do trabalho.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Gastos Públicos	17
2.1.1 Crescimento dos Gastos Públicos	19
2.1.2 Gastos Públicos no Brasil.....	22
2.2 Gastos Sociais.....	23
2.2.1 Gastos Sociais Federais no Brasil.....	26
2.3 Gastos com a Educação Superior.....	28
2.3.1 Expansão do Ensino Superior.....	32
2.3.2 Financiamento das Universidades Federais.....	35
2.3.3 Gastos Federais com a Universidade de Brasília.....	37
3. METODOLOGIA.....	39
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4.1.1 Evolução dos Recursos Orçamentários do Tesouro, por categoria econômica, no Período de 2003 a 2010.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
6. REFERÊNCIAS.....	63

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A modificação do perfil educacional dos cidadãos é reconhecidamente um dos fatores principais para a ascendência dos países ao topo da riqueza. Comprovadamente, Estados que investem em educação, em universalização da educação básica, erradicação do analfabetismo e possibilidade de acesso da população ao ensino superior conseguem melhorar consideravelmente os índices de desenvolvimento.

A Educação Superior, além de outras finalidades indiscutivelmente importantes para o desenvolvimento de um país e de seus cidadãos, tem como uma de suas principais atribuições a formação de professores para os demais níveis do ensino. Esta atribuição é reforçada pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (no 9.394/96), cujo texto determinava que até 2011 somente deveriam ser admitidos professores com formação superior para atuar na Educação Básica.

No Brasil, o ensino superior ganha importância crescente a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, quando foi estabelecido um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, ficou assegurada a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário e enfatizado, ainda, a autonomia universitária.

Apesar da importância indiscutível de cursos técnicos, universidades e faculdades privadas, as universidades públicas federais, no contexto do Ensino Superior, ocupam atualmente uma posição fundamental no cenário acadêmico bem como no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, essenciais para o crescimento e desenvolvimento do país.

No entanto, não deve ser ignorado que os recursos públicos são limitados e as necessidades ilimitadas e assim a eficiência na utilização destes recursos ganha importância crescente, obrigando os gestores públicos a priorizarem políticas voltadas para a melhoria do padrão de vida e bem estar da população, e a

educação como um bem semi-público deve ganhar destaque quando da divisão destes recursos.

O período que vai de 2003 a 2010, analisado nesta pesquisa, ficou conhecido como o Governo Lula, pois abrangeu os dois mandatos do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva. De acordo com Otranto (2006, p. 1) “A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)”. Este grupo ficou encarregado de analisar a situação da educação superior naquele momento e elaborar um plano de ação que objetivasse a reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES.

Para Otranto (2006) A universidade pública é um patrimônio da sociedade brasileira, devendo ser preservada, e a educação superior, sendo um bem político público, não pode ser vista como um bem econômico de caráter privado. Otranto (2006) acredita que “Por esse motivo, as políticas públicas para a educação superior têm que ser sempre, políticas públicas de Estado, e não de governo”. Segundo esta afirmação, as políticas direcionadas à educação superior devem ser contínuas independentemente de governos ou partidos políticos específicos.

Além disso, ainda utilizando os ensinamentos de Otranto (2006, p. 16) “O financiamento da educação superior não pode ser visto como “gasto” e sim como investimento da sociedade para a sociedade, uma vez que contribui significativamente para a soberania da nação e preservação de sua identidade cultural.

A Universidade de Brasília, apesar de possuir outras formas de captação de recursos por meio das chamadas fontes próprias, possui dois terços de seu orçamento compostos por recursos do Tesouro.

Desta forma, considerando a crescente importância da educação para o desenvolvimento de um país, bem como da transparência na utilização de recursos públicos, e ressaltando que esses recursos são limitados e as necessidades são muitas, tais como despesas com pessoal, manutenção, investimentos e inúmeras outras, é importante que haja uma priorização das necessidades visando atender áreas essenciais para a manutenção e desenvolvimento da Universidade de Brasília. Desta forma, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: **Houve evolução, estagnação ou retrocesso dos recursos repassados pelo Tesouro à FUB através da LOA?**

1.2 Objetivos

O objetivo deste estudo é analisar a dinâmica dos gastos públicos federais com a Universidade de Brasília durante o período compreendido entre os anos de 2003 e 2010, contemplando os grupos de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de capital.

A fim de atingir o objetivo geral, foram instituídos alguns objetivos específicos, tais como:

- a) Evidenciar os gastos efetivos do Ministério da Educação com a Universidade de Brasília no período de 2003 a 2010 através do Orçamento inicial em cada ano;
- b) Analisar o comportamento dos gastos efetivos nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de capital;
- c) Expor e interpretar os resultados obtidos através da pesquisa.

1.3 Organização do trabalho

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo a introdução.

O capítulo dois apresenta as considerações teóricas a respeito de assuntos relacionados ao tema deste trabalho, enfocando principalmente os gastos públicos, os gastos sociais, enfatizando o crescimento dos gastos públicos especialmente no Brasil, bem como o crescimento destes gastos com a educação superior no período de 2003 a 2003, conhecido como Governo Lula, pois abarcam os dois mandatos do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

No capítulo três é apresentada a metodologia utilizada na realização do trabalho.

O capítulo quatro explicita e analisa a evolução dos gastos públicos federais com a Universidade de Brasília no período de 2003 a 2010, bem como realiza uma comparação entre os gastos federais com as IFES e a evolução dos gastos totais do Governo Federal no mesmo período.

No capítulo cinco são realizadas as conclusões acerca da pesquisa, bem como as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de estabelecer uma relação com alguns assuntos importantes que têm implicação com o tema desta pesquisa, foi realizado um levantamento da literatura no que diz respeito às Finanças Públicas e estudos que buscam explicar o crescimento dos Gastos Públicos principalmente no Brasil, bem como o crescimento dos Gastos Públicos Federais com a Educação Superior.

2.1 Gastos Públicos

Gastos públicos, de maneira geral, são os valores utilizados pelo Estado para custear os serviços públicos essenciais prestados ou colocados à disposição da sociedade.

Para Riani (1997, p. 69) Gastos públicos podem ser conceituados como “uma escolha política dos governos no que se refere aos diversos serviços que ele presta à sociedade. Representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo”.

Toda análise a respeito dos gastos públicos deve considerar que os recursos são limitados e as necessidades ilimitadas, e assim o Estado tem a difícil missão de administrar receitas e despesas de forma a atender a sociedade em áreas mais precárias ou aquelas que possam produzir resultados mais satisfatórios.

Em diversas situações os administradores públicos são obrigados a abrir mão de projetos considerados excelentes, mas que dependem de recursos que em determinada situação devem ser alocados em outras áreas, visando atendimento prioritário de necessidades julgadas mais importantes. São as escolhas que devem ser feitas, desistindo-se de um projeto ou de uma ação em prol de outros.

Silva (2007, p. 31) ensina que o estudo dos gastos públicos está relacionado com uma análise da intervenção do Estado na economia dos países, principalmente no que diz respeito à obtenção de recursos disponíveis na sociedade e a sua realocação em bens e serviços públicos para atendimento das políticas governamentais.

A participação do Estado na Economia vem sendo discutida há algum tempo, visto que ela significa uma parcela importante da renda nacional da maioria

dos países e assim, atividades que eram desenvolvidas tradicionalmente por instituições privadas como educação, transporte eletricidade e diversas outras estão sendo transferidas de forma gradativa ao setor público. Desta forma, os Gastos Públicos e a eficiência em sua gestão são temas cada vez mais discutidos.

Para Araújo et. al. (2010, p. 4) Gasto Público pode ser definido como

um dos principais meios de atuação do governo. Através deles, o governo manifesta as suas prioridades mediante a prestação de serviços públicos básicos e a realização de investimentos. Vários fatores afetam o nível dos gastos públicos e suas oscilações, dentre eles: a renda nacional, a capacidade do governo em obter receitas, problemas sociais, mudanças políticas, desenvolvimento tecnológico, gastos públicos em períodos anteriores, entre outros. Esses influenciam no comportamento e no nível de gastos governamentais, direta ou indiretamente, em qualquer país do mundo.

Assim, a participação do Estado na Economia ganha importância cada vez mais crescente, e segundo Rezende (2001, p. 18) foi a partir dos três primeiros quartéis do século passado que as funções do governo na economia expandiram-se de forma considerável, corroborando assim com os princípios teóricos que afirmavam a necessidade de uma maior intervenção dos governos na economia objetivando, principalmente, o combate à inflação e ao desemprego.

Riani (1997) acredita que, como consequência de uma maior participação do Estado na Economia, há uma repercussão significativa das atividades desempenhadas pelo setor público sobre a alocação de recursos no setor privado, bem como sobre a distribuição da riqueza por toda a sociedade.

A este respeito, Del Vecchio (1979, p.81 apud Matias-Pereira, 2006, p. 50) afirma que “o Estado, não sendo um fim em si mesmo, tem por finalidade precípua atender à razão natural da vida em sociedade e promover a realização das expectativas do homem em busca da felicidade comum, ou seja, da realização do bem comum”.

Rezende (2001, p.67-70) ensina que os gastos públicos podem ser classificados segundo três categorias principais, ou seja, quanto à finalidade, que por sua vez são subclassificados em funções, programas e subprogramas, quanto à natureza do dispêndio, através da qual os gastos são classificados em quatro categorias econômicas principais, a saber: custeio, investimento, transferências e inversões financeiras e por último a classificação segundo o agente encarregado da execução do gasto.

Para Giambiagi e Além (2008, p. 33) os bens públicos mais importantes que podem ser ofertados pelo Estado são Saúde, Educação, Defesa Nacional, Policiamento, Regulação, Justiça e Assistencialismo. Estes autores ressaltam que o setor privado pode oferecer em alguns momentos alguns bens públicos, como a Saúde e Educação, mas uma parte importante da população não possui recursos para adquirir estes serviços em forma privada, e assim o Estado tem o dever de colocar à disposição da população esse tipo de serviços, mesmo que algumas pessoas optem por utilizar serviços do setor privado.

Cabe salientar, desta forma, que é principalmente através dos gastos públicos que os governos podem planejar sua atuação e estabelecer prioridades quanto à prestação de serviços públicos à sociedade, bem como os relativos a investimentos a serem realizados, visto que a forma que o Governo tem para custeio destas atividades é através, em sua grande parte, da arrecadação de tributos. Assim, a administração eficiente dos recursos arrecadados torna-se uma obrigação dos governantes, pois a sociedade lhes entrega recursos na expectativa do recebimento de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades.

2.1.1 Crescimento dos Gastos Públicos

As mudanças nas funções do Estado decorrentes em grande parte do processo de globalização e consolidação de mercados comuns evidenciam um fortalecimento do papel do Estado, como promotor do desenvolvimento, redistribuidor de renda, produtor e fornecedor de bens e serviços públicos, estabilizador da economia e ainda como regulador.

De acordo Matias-Pereira (2006, p. 130) o crescimento acelerado dos gastos públicos decorre do elevado nível das demandas da sociedade, ou seja, à medida que um Estado se desenvolve, a sociedade passa a exigir dos governantes um nível mais elevado de bens e serviços.

A este respeito, Giambiagi e Além (2008, p. 36) afirmam que

O efeito da renda *per capita* sobre a demanda por serviços públicos é algo que está em parte ligado à urbanização. A relação entre uma coisa e outra é que, quando as sociedades se beneficiam de uma elevação do seu nível de renda, tendem a ter um maior grau de escolaridade e com isso a aumentar as pressões em favor da oferta de serviços públicos melhores.

Para Giambiagi e Além (2008) uma sociedade composta basicamente por pessoas que possuem baixo grau de instrução tendem a aceitar com certa passividade a prestação de serviços públicos com baixa qualidade, mas à medida em que essa sociedade passa a ser composta por indivíduos com grau mais elevado de instrução, com maior consciência de seus direitos, há uma reivindicação mais efetiva e um maior poder de pressão sobre os governantes.

Segundo Santos (2008, p. 27) “o aumento no número de atribuições do Estado ao longo do século XX poderia, a princípio, servir para explicar a trajetória crescente dos gastos públicos na última década”. Porém, Riani (1997 apud Santos, 2008, p. 27) afirma que nem mesmo os economistas e cientistas políticos têm conseguido formular um conjunto de teorias que possam explicar, com mais propriedade, tal fenômeno.

Ainda de acordo com Santos (2008, p. 28) o volume de recursos gastos pelos governos de muitos países vem crescendo de forma significativa ultimamente, e apesar de se conseguir mensurar crescimentos por meio de análises da evolução de valores reais dos gastos, a forma mais utilizada é através da comparação das despesas públicas com o PIB dos países analisados.

Giacomoni (2008, p.7) procura explicar as causas que determinam o crescimento das despesas públicas, utilizando-se das orientações ligadas às correntes neoclássicas e keynesianas, e ainda posições neo-institucionais que enfatizam a importância da burocracia na indução do crescimento do Estado.

Uma das mais antigas e importantes contribuições em matéria de crescimento das despesas públicas é atribuída ao economista alemão Adolf Wagner, que nos anos 1880 formulou a “Lei do Crescimento Incessante das Atividades Estatais”, que afirmava que à medida que o nível de renda cresce em países industrializados, o setor público cresce, mas sempre a taxas mais elevadas e assim, a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país. Afirmava também que o crescimento da renda per capita necessita da participação cada vez maior do governo na oferta de bens públicos.

A análise de Wagner a respeito do gasto público parte de uma ruptura com o paradigma clássico. Este paradigma explicava o gasto público segundo a ótica da capacidade de pagamento do imposto pela sociedade. Para Wagner, a

determinação dos gastos públicos não era matéria da teoria das finanças públicas, mas pertencia ao campo da Economia Política e da Teoria Econômica em geral.

Wagner afirmava que eram outros fatores, principalmente aqueles não econômicos, que determinavam o nível de gastos do setor público e os gastos públicos refletiam fatores históricos, subjacentes às mudanças na estrutura econômica e no processo de desenvolvimento de um país.

Ao analisar os gastos públicos durante um período de tempo, diversos fatores, como aspectos políticos, econômicos, sociais, entre outros devem ser considerados como passíveis de afetar direta ou indiretamente o nível de despesas, bem como as variações que possam ocorrer nestas despesas durante o período determinado.

2.1.2 Gastos Públicos no Brasil

O crescimento dos gastos públicos no Brasil vem acompanhando a tendência mundial, expandindo-se de forma considerável, tanto em relação ao volume como em relação à sua participação como proporção do PIB.

Sobre este tema, Rocha e Giubert (2007) analisaram quais os componentes dos gastos públicos que influenciaram o crescimento econômico dos Estados brasileiros durante no período de 1986 até o ano 2000, decompondo-se os gastos em gastos correntes e de capital.

Os estudiosos concluíram que estes componentes estimularam o crescimento econômico no período investigado, desde que os gastos correntes sejam produtivos até um limite de 61% da despesa orçamentária. Além disso, os gastos com transporte e comunicação, educação e defesa também tiveram parcela de contribuição para o crescimento dos Estados brasileiros no período mencionado.

Matias-Pereira (2006, p. 76) a respeito do crescimento dos gastos públicos no Brasil, ensina que

em relação à definição dos gastos do setor público, é importante lembrar que a expansão das funções do governo na economia brasileira, notadamente a partir da década de 1930, decorreu de modificações significativas nas preferências da população e da necessidade de uma intervenção no processo de distribuição da renda nacional, bem como pela evolução dos princípios teóricos das finanças públicas.

Esta constatação confirma a teoria defendida por diversos autores, que afirma que à medida que determinada sociedade se desenvolve a demanda por serviços públicos modifica-se, principalmente em relação à qualidade, ou seja, aumentam as exigências por serviços públicos mais eficientes e por bens e serviços que sejam realmente necessários naquele contexto.

Araújo et. al. (2010, p. 4) afirmam que de acordo com índices globais, o Brasil, nos últimos 50 anos apresentou uma considerável expansão do setor público, o que resultou em um crescimento bastante significativo do volume de despesas do governo e uma maior participação das despesas totais no PIB do país.

Desta forma, Araújo et. al. (2010, p. 4) consideram ainda que em consequência desse aumento nas despesas, observou-se também uma elevação semelhante no volume total de recursos necessários ao financiamento da expansão das atividades do governo.

Em um estudo realizado por Amarante & Moreira a respeito da evolução dos gastos públicos no período de 1980 a 2006, foram observados três comportamentos distintos das despesas: As despesas apresentaram-se em nível baixo e relativamente estável durante os primeiros cinco anos da década de 1980, independentemente das oscilações do PIB; a participação das despesas como proporção do PIB atingia a média de 16%.

Na segunda metade dessa década, elas apresentaram uma forte tendência de crescimento, movimento inverso ao do PIB e a partir de 1991, as despesas mostraram-se crescentes e com forte correlação positiva com o desempenho do PIB. A sua participação no PIB, apresentou uma média de 41% no período de 1990 /1995, muito superior à apresentada na década de 80, alcançando o ápice de 49% nos onze anos posteriores, entre 1996 e 2006.

Desta forma, Amarante & Moreira concluem em seu estudo que a experiência brasileira mostra que, no período de 1980-2006, observou-se uma trajetória ascendente do comportamento dos gastos governamentais além de uma participação cada vez maior no PIB. As despesas por função variaram consideravelmente durante o período analisado.

As prioridades governamentais quanto à alocação de recursos também tiveram uma considerável variação além de uma forte elevação dos gastos sociais

bem como a criação de novas funções relativas ao desporto e lazer e direitos da cidadania.

Realizando uma análise sobre os oito anos do Governo Lula, ou seja, entre os anos de 2003 a 2010, Almeida (2011) confirma um crescimento do gasto público do governo central, que no período de 1991 a 2009 elevou-se de 13,7% para 22,3% do PIB, um aumento de quase 0,48 ponto percentual do PIB por ano. Almeida (2011) acredita que se essa tendência se mantivesse pelos próximos dez anos - até 2020 - o gasto público não financeiro do governo federal seria de 27,6% do PIB, o que exigiria novos aumentos de carga tributária nos próximos anos.

Para Mendes (2008, p.1) “a maior eficiência do gasto público é uma condição necessária para que o Brasil possa obter mais crescimento econômico, menor desigualdade, mais oportunidade de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para sua população”.

Mendes (2008) afirma que por diversos motivos, governos grandes atrapalham o desenvolvimento dos países, pois quando um determinado governo cresce demasiadamente, os custos de suas ações começam a superar os benefícios resultantes destas, surgindo a partir de então, diversos motivos pelos quais este governo passa a prejudicar o desenvolvimento econômico e social.

Mendes (2008, p.5) ensina que governos grandes dificilmente conseguem equilibrar suas contas, ainda que possuam uma elevada tributação, pois a cada nova receita surgem novas despesas e a tendência será o surgimento de dívidas igualmente grandes.

No entanto, Rezende (2001, p. 34) enfatiza que a apreciação do tamanho de um Estado não pode ser feita dissociada da análise de suas funções, e esta relação entre o tamanho do Estado e suas funções é bastante complexa. Para este autor, em economias de tamanhos semelhantes, as necessidades de atuação do Governo sofrem influências diversas, tais como desigualdades sociais e regionais e outras disparidades.

Quando da análise do tamanho do governo deve-se considerar, de acordo com Rezende (2001, p. 35) que a expansão do Estado do Bem-Estar Social em países industrializados do Ocidente “foi o motivo principal do contínuo incremento das necessidades financeiras do Estado”.

Outro fator a ser considerado ao analisar o tamanho de um Governo, segundo conclusões de Fukusaku e Mello Jr. Apud Rezende (2001, p. 36-38) é

uma possível relação entre o tamanho de governo e o grau de descentralização político-administrativa do país.

Segundo Rezende (2001) mesmo que esta descentralização acarrete um aumento no tamanho do governo, ela levanta outros aspectos importantes, como uma maior aproximação entre governantes e governados bem como uma melhor compreensão das realidades locais e regionais, principalmente em países de grandes dimensões e enormes diferenças regionais, a exemplo do Brasil.

2.2 Gastos Sociais

As políticas públicas focadas no bem comum e na melhoria das condições de vida da população não são inovações da sociedade contemporânea. Desde o século XIX foram criadas leis voltadas para a promoção do bem estar social.

No entanto, segundo Guerreiro (2010, p. 14), “estas leis foram criadas com o objetivo de manutenção da ordem social e não motivadas pela questão do bem-estar, de direitos e cidadania”. Desta forma, aqueles que precisavam da ajuda do Estado deveriam abrir mão de seus direitos civis e políticos, pois a pobreza não era vista como um problema do governo, mas sim da própria pessoa e assim, o Estado não deveria ocupar-se deste problema.

Guerreiro (2010) ensina que foi a partir do final do século XIX, diante da crise na economia ocidental que a pobreza passou a ser encarada como um problema da sociedade, e não mais apenas como pessoal. De acordo com Guerreiro (2010, p.15)

Na virada do século XX, na Inglaterra, uma inflexão dos paradigmas das políticas sociais já era notada. As noções de direitos dos cidadãos e deveres do Estado já faziam parte do arcabouço institucional. Este passou a ser responsável, em parte, pelo bem-estar de seus cidadãos, mesmo que, para tal, tivesse de interferir em (algumas) liberdades individuais e econômicas.

Somente a partir da crise de 1929, com a desestabilização da economia, que os Estados começaram a intervir de forma inovadora através de políticas sociais, as quais passaram a ser vistas como parte da política econômica geral. Assim, segundo Guerreiro (2010, p. 15) “Na década de 1930 já havia certa convergência entre os diferentes países, sobre a natureza e extensão do papel do Estado na garantia do bem-estar de seus cidadãos”.

Arretche (1995) apud Benevides (2011, p. 11) enfatiza que “os serviços sociais emergem para dar respostas às dificuldades individuais, visando garantir a sobrevivência das sociedades”. Segundo esta autora, as medidas de proteção aos pobres foram progressivamente deixando de tratá-los indistintamente, ou seja, passaram a surgir políticas de atenção à heterogeneidade da pobreza.

Algumas ideologias políticas defendem o papel do Estado na resolução dos problemas sociais e econômicos, no entanto, há outras que são contrárias a esta intervenção estatal. Exemplificando, os keynesianos defendiam que o Estado deveria intervir de forma rigorosa na economia, já os marxistas acreditavam que o papel do Estado deveria ser em defesa de uma classe dominante.

Castro et. al. (2011, p.16) afirmam em um estudo a respeito dos gastos com políticas sociais e sua relação com crescimento e distribuição de renda, que os resultados obtidos “sugerem que as políticas sociais são absolutamente centrais para que possamos alcançar os objetivos de crescimento econômico e a diminuição das desigualdades”.

Além disso, segundo estes mesmos autores, o gasto social além de fornecer benefícios econômicos, pode ser estrategicamente acionado em momentos de crise econômica, possuindo ainda um papel fundamental na conciliação dos objetivos de crescimento econômico e distribuição de renda.

2.2.1 Gastos Sociais Federais no Brasil

Fernandes et al (1998, p.7) definem como gasto social federal, “aquele voltado para a melhoria, a curto ou longo prazos, das condições de vida da população em geral”.

Segundo Matias-Pereira (1999) as diferenças entre ricos e pobres no Brasil são inegáveis, fazendo com que o país conviva com uma tecnologia do primeiro e concomitantemente com a miséria do terceiro mundo, ou seja, dois mundos desiguais dentro de um mesmo país. Estas contradições, segundo Matias-Pereira permitem o surgimento de manifestações de descontentamento por parte do setor economicamente adiantado que entende que o governo deveria ser mais competente ao gerir a máquina governamental.

Além destas pressões, o governo recebe outras por parte da sociedade a respeito da implementação de políticas públicas efetivas que permitam resolver ou

pelo menos amenizar as carências da parcela mais pobre da população, ou seja, tem sido consenso que o Brasil precisa combater, de forma consistente, a pobreza.

É fato que as demandas são inúmeras e a competição por recursos limitados se torna um grande desafio para os atores envolvidos em gestão pública, os quais precisam encontrar meios para, através da otimização dos recursos escassos, tornar efetivas políticas públicas que objetivem a superação da pobreza.

Para Matias-Pereira (1999) não basta que o país chegue a um nível importante de desenvolvimento econômico,

é preciso ir mais além para deixar de continuar sendo um ponto de referência de casos de extrema desigualdade, em termos de exclusão, pobreza e violência visto que a democracia é muito mais que eleições livres e que a consolidação de um sistema de liberdades demanda uma sociedade com um grau no mínimo razoável de equidade social. (MATIAS-PEREIRA, 1999, p.21).

Desta forma, o processo de crescimento econômico de um país deve estar atrelado ao seu desenvolvimento e uma melhor distribuição de renda e riqueza, ou seja, a função distributiva, que são os ajustes realizados pelos governos objetivando a diminuição das desigualdades, deve ser realizada principalmente através dos gastos sociais.

No Brasil, é a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que as políticas sociais passam a se tornar um dever do Estado, estando, conforme ensina Benevides (2011, p. 10) “ancoradas no direito social dos cidadãos. Ao instituir propostas de políticas universais e igualitárias, objetivou-se promover a inclusão social de toda a população”.

A consolidação dos Gastos Federais em áreas sociais no Brasil, de acordo com Fernandes et al (1998, p.7) teve início apenas no começo dos anos 80. No período de 1980 a 1993 foram realizados levantamentos utilizando-se uma metodologia de apuração das despesas sociais pelos registros anuais por subprogramas do Balanço Geral da União. Estes levantamentos foram realizados através de um esforço do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

De acordo com o IPEA, no Brasil a política social é implementada por meio de ações do Estado, o que a coloca no centro do debate político, principalmente por responder por uma parte bastante considerável do gasto público no país, tornando-a alvo de disputas acirradas na divisão dos recursos orçamentários.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 a política social vem estruturando as condições básicas de vida da população, principalmente aquelas relacionadas à pobreza e à desigualdade, e começa a regular o volume, as taxas e o comportamento do emprego e do salário na economia brasileira.

Ainda segundo o IPEA, em seu comunicado nº 75 (2011, p. 3)

a política social transformou-se em um poderoso instrumento, por meio do qual a economia nacional não apenas efetuou transferências de renda aos mais necessitados e prestações de bens e serviços ao conjunto da sociedade, mas, simultaneamente, gerou um canal de ampliação da demanda agregada, com capacidade de criar um amplo mercado interno de consumo de massa.

O IPEA ressalta a importância que os gastos sociais adquiriram no Brasil para a consecução do objetivo de redução das desigualdades e ainda para o crescimento do PIB que foi de 7% entre os anos de 2004 e 2008, segundo estudos realizados por este Instituto.

Castro et. al. (2011, p.31) realizando um estudo sobre os gastos sociais federais no período de 1995 a 2010, concluem que o conjunto dos gastos sociais federais aumentou de 11,24% para 15,54% do PIB nos anos de 1995 a 2010, ou seja, um acréscimo de 4,3% do PIB. Isso demonstra que o volume de recursos destinado às políticas sociais federais cresceu considerando-se o conjunto de recursos totais disponíveis na economia.

Através do estudo, os autores concluíram que há uma elevação dos gastos sociais do Governo Federal em todo o período analisado, cujos valores totais partiram de R\$ 234,0 bilhões no ano de 1995, para R\$ 638,5 bilhões no ano de 2010, ou seja, um crescimento de 172% em 16 anos.

Neste estudo, Castro et. al. (2011, p.9), considerando também o crescimento populacional para o mesmo período (1995-2010), constataram que o Gasto Social Federal *per capita* foi além do dobro em termos reais, saltando de R\$ 1.471,46 no ano de 1995, para R\$ 3.324,84 em 2010.

Ao analisarem especificamente o período que vai de 2003 a 2010, Castro et. al. (2011, p.31) observam que

No primeiro ano de governo Lula, em 2003, os gastos federais com assistência social subiram para R\$ 17,4 bilhões (0,66% do PIB). Alcançaram R\$ 44,2 bilhões (1,07% do PIB) em 2010, seu último ano no governo. Já os gastos federais com educação subiram de R\$ 18,8 bilhões, ou 0,71 do PIB, em 2003, para R\$ 45,5 bilhões, ou 1,11% do PIB em 2010, proporção bem semelhante à da área social.

Observa-se, desta forma, que houve uma considerável elevação dos gastos governamentais em áreas sociais no período de 2003 a 2010, sendo que os gastos específicos com a educação elevaram-se de R\$ 18,8 bilhões para R\$ 45,5 bilhões, ou seja, um crescimento aproxima do de 140% em oito anos.

Castro et. al. (2011, p.17) ensinam que “As políticas sociais brasileiras formam hoje um sistema robusto de estruturas mais ou menos consolidadas, e que materializam uma história de lutas da sociedade brasileira.” Para estes autores, apesar destas políticas necessitarem de reformulações e algumas mudanças, não há justificativas para se considerar o gasto social apenas como um fardo para as contas públicas, mas sim como imprescindível para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

2.3 Gastos com a Educação Superior

A educação é percebida por diversos autores como um dos fatores mais importantes para a garantia de uma vida profissional mais promissora. Segundo Benevides (2011, p.41)

A situação dos trabalhadores sem qualquer educação formal é muito mais debilitada, já que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais uma maior qualificação. Desse modo, diante da grande importância que a educação tem alcançado, na maioria das sociedades, essa se tornou um dos objetivos principais dos Estados de Bem- Estar Social modernos. Esta é, portanto, um elemento-chave na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Na atualidade um dos debates mais importantes tem sido a respeito da educação e a relação desta com o crescimento econômico, bem como os efeitos de uma maior escolarização sobre o aumento da renda dos indivíduos. Desta forma, políticas públicas voltadas para os investimentos em educação ganham cada vez mais importância.

Diversos estudos procuram demonstrar a relação da educação com o desenvolvimento econômico. Como exemplo pode ser citado o Comunicado IPEA n. 75 - Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Segundo este estudo, sob o ponto de vista do crescimento econômico e distribuição de renda, o gasto social com a educação é o que produz melhor retorno para a economia nacional.

A conclusão deste estudo é que

Tudo mais constante, ao gastar R\$ 1,00 em educação pública, o PIB aumentará em R\$ 1,85, pelo simples processo de multiplicação da renda que essa atividade propicia. Enquanto isso, R\$ 1,00 de produtos agropecuários ou oriundos da indústria extrativa de minérios que são exportados gera R\$ 1,40 de PIB para o país. (BRASIL, 2011, p. 10).

No bojo deste documento, há ainda argumentos substanciados em estudos, que o investimento social tem mais retorno para a economia até mesmo do que as atividades puramente econômicas, visto que o dinheiro que circula na mão dos segmentos mais pobres sociedade através de bolsas de auxílio, salário dos servidores públicos e outros, transformam-se em grande parte em bens de consumo ou duráveis, fazendo com que haja aquecimento da economia.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.

No entanto, Amaral (2003, p. 112-114) alerta para as seguintes questões: Quais seriam os recursos suficientes para a manutenção e o desenvolvimento das instituições mantidas pela União? Quais os critérios a serem utilizados para distribuir os recursos entre essas instituições?

As Instituições de Ensino Superior, principalmente as Universidades Federais vêm sofrendo um processo de sucateamento, visto que há uma grande evasão de profissionais qualificados para instituições particulares, que os remuneram melhor, além de suas estruturas físicas estarem bastante danificadas pelo tempo, em grande parte pela morosidade nos procedimentos de reformas e construções que dependem de autorizações e licitações.

Além dos problemas acima elencados, quando da divisão de recursos federais para as diversas Universidades Federais, fatores como diferenças regionais e outras especificidades não são considerados, o que torna difícil a concretização da autonomia universitária.

De acordo com Quintana et. al. (2006, p.2), em função de sua característica peculiar as Universidades Federais também sofrem influências de diversos fatores quanto à administração e aplicação de recursos.

Para Quintana et. al. (2006, p.2)

As formas de financiamento das Universidades Federais geram frequentes

discussões, pois para manutenção de suas atividades são comprometidos gastos além da expectativa de financiamento, gerando a necessidade de suprir as despesas com os chamados recursos próprios.

Outro problema que chama a atenção quando da discussão a respeito da gestão de Universidades Federais é quanto a autonomia universitária, que possibilitaria a estas instituições reger-se por leis próprias, pois, segundo Borges (2005, p. 29) apesar de terem assegurada a liberdade acadêmica, as instituições públicas de ensino superior sofrem com a ausência da autonomia administrativa e financeira, o que, juntamente com o controle burocrático externo, impedem que a estrutura organizacional das Universidades Federais seja adequada plenamente às exigências do ensino e pesquisa.

2.3.1 Expansão do Ensino Superior

A Educação Superior no Brasil cresceu consideravelmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo Neves (2012, p. 2)

Nos últimos vinte anos, o Brasil assistiu a um notável processo de crescimento de seu ensino superior. No começo dos anos noventa do século passado, somavam-se 1.540.080 estudantes matriculados no ensino superior no Brasil. Esse número saltou para 2.694.245 de estudantes em 2000 e para 6.379.299 em 2011.

De acordo com Amaral (2003, p. 97), entre 1989 e 2001 houve uma grande expansão do Ensino Superior no Brasil, quando o número total de estudantes subiu de 1.518.904 para 3.030.754, ou seja, um aumento expressivo de 99,5%. Neste período, segundo Amaral (2003), foram efetivadas 1.511.850 matrículas novas, sendo que as instituições federais contribuíram com 187.677 novas matrículas, ou seja, 12,4% do total.

Para o MEC, a expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das Universidades Federais. Através destas medidas, o número de municípios atendidos pelas universidades saltou de 114 em 2003 para 237 em 2011. Neste período foram criadas 14 novas Universidades e mais de 100 novos campi, possibilitando, assim, a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. Desta forma, o número de Universidades Federais que era de 45 em 2003, aumentou para 59 em 2010.

Esta expansão de Universidades Federais no Brasil em um curto espaço de tempo configura, concomitantemente, aumento dos gastos públicos em Ensino Superior e mais especificamente em Universidades Públicas Federais.

Pinto (2009, p.3) ao comentar a respeito do financiamento da Educação no Brasil durante o Governo Lula, período que vai de 2003 até 2010, afirma que “É inegável que têm ocorrido avanços, principalmente a partir do último ano do primeiro mandato de Lula. No que se refere à educação superior, houve sensível melhora nas condições de custeio e investimento das IFES”.

Através do estudo realizado por Pinto (2009), constata-se que houve uma evolução (medida em R\$ de 2008) das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) para o período 2000 a 2008. Abaixo é reproduzida a tabela elaborada por Pinto (2009), que considera na primeira linha, as despesas feitas com recursos oriundos apenas da receita de impostos (fonte tesouro) e, na segunda linha, “todas as fontes, cujo principal acréscimo advém da inclusão dos recursos da quota federal do salário educação, que, como se sabe, não é um imposto, mas uma contribuição social”. (PINTO, 2009 p. 9).

Tabela 1 . Despesas do governo federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por fonte - 2000/2008 – R\$ bilhões de 2008

FONTE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
TESOURO	10,7	11,6	11,3	10,4	12,3	12,6	19,2	18,8	20,6
TODAS AS FONTES	13,7	15,0	14,8	13,4	15,1	15,7	22,0	22,9	26,8

Fonte: STN. Elaborada por PINTO (2009)

* Dotação atualizada

Obs.: de 2000 a 2006 os dados referem-se a despesas liquidadas, em 2007 refere-se a despesas executadas, o que inclui os restos a pagar não processados.

Em outra tabela elaborada por Pinto (2009), reproduzida abaixo, são separadas as despesas do Governo Federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por subfunções no período de 2000 a 2008, onde se constata que as subfunções “ensino profissional” e “ensino superior” perfazem mais de 60% das despesas, ou seja, segundo Pinto (2009, p.13) houve uma ampliação, em termos reais, nos gastos com ensino superior e profissional.

Tabela 2. Despesas do governo federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por subfunção - 2000/2008 (fonte: Tesouro) – R\$ milhões de 2008

Subfunção	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino Fundamental	845	881	606	819	64	51	1.059	1.142
Ensino Médio	99	829	172	142	165	227	173	122
Educação Profissional	822	848	868	864	931	1.026	1.123	1.385
Educação Superior	8.762	8.574	8.693	8.246	8.314	9.066	10.150	11.434
Educação Infantil	71	6	8	6	1	17	26	3
Educação de Jovens e Adultos	0	267	1	93	9	66	427	0
Educação Especial	8	54	52	51	39	66	55	0
Outras	95	151	881	173	2.728	2.036	6.195	4.746
Total	10.702	11.610	11.281	10.394	12.251	12.555	19.208	18.832

Fonte: STN. Elaborada por PINTO (2009)

Observa-se, ainda, que no período de 2000 a 2007, houve um crescimento nas despesas em termos reais de 30%, que ocorreu basicamente nos dois últimos anos da série analisada.

Para Pinto (2009, p.13)

Esse crescimento parece refletir uma melhoria observada nas condições de funcionamento das IFES (Instituições Federais de Educação Superior), mas ainda não captam os custos da grande expansão recente dessa rede (por ser gradual a contratação de pessoal, por exemplo), ou indicam que o crescimento das despesas não tem acompanhado aquele da oferta de vagas, o que pode apontar problemas mais à frente, como já comentado na análise do REUNI.

Uma das medidas adotadas no período de 2003 a 2010 que objetivam a expansão do ensino superior no Brasil foi a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com investimento previsto inicialmente de sete bilhões de reais até 2012, cujo objetivo maior era a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior através da reestruturação física e incremento de recursos humanos e financeiros (Brasil, 2007).

Segundo Santos e Almeida Filho (2008, p. 188) o REUNI é seguramente o mais ambicioso programa dessa natureza já tentado no Brasil e foi concebido para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior brasileiro, com um orçamento de sete bilhões de Reais a serem aplicados no período de cinco anos.

Santos e Almeida Filho (2008, p. 191) concluem que REUNI

inaugura a terceira fase de expansão do sistema universitário federal. Agora temos um modelo induzido de crescimento das instituições públicas de educação superior que, por um lado, respeita a autonomia universitária, acolhendo propostas específicas elaboradas por cada uma das instituições participantes do programa. Por outro lado, pela primeira vez, os investimentos em obras e instalações, a aplicação de recursos de custeio, a modelagem pedagógica, a contratação dos quadros docentes e de servidores, faz-se antes da expansão de atividades e de vagas. Construída em parceria com a ANDIFES, essa modalidade de crescimento pode ser caracterizada como apoio com- autonomia.

No entanto, Amaral (2003, p.105) salienta que nos últimos 15 anos, organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI tem impelido países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, a não investirem recursos públicos em Educação Superior, pois de acordo com o Banco Mundial, investimentos em Educação Superior beneficiariam a elite econômica e que maiores ganhos na economia de um país estão associados a investimentos em educação básica.

A este respeito, Corbucci (2004, p.10) acredita que a melhoria na qualidade da educação básica está relacionada com investimentos na educação superior, ao afirmar que

Torna-se difícil defender a qualidade da educação básica sem a proposição de uma educação superior também de qualidade, na medida em que, por exemplo, um dos fatores decisivos para se obter o primeiro intento consiste no tipo de profissional que irá atuar nesse nível do ensino. Para tornar-se técnica e politicamente capacitado para esse fim, o profissional deverá ter sólida formação, a qual constitui tarefa indelegável da educação em nível superior. Do mesmo modo, torna-se incoerente propor que o país ingresse na chamada sociedade do conhecimento, inclusive tendo-se como meta de governo o aumento dos gastos em ciência & tecnologia, ao mesmo tempo em que se afirma que são demasiados os dispêndios governamentais com as IES públicas, justamente onde é gerada a maior e mais relevante produção científica nacional, onde se forma a esmagadora maioria dos pesquisadores brasileiros.

Para Corbucci (2004), um dos principais problemas que poderiam ser ocasionados com a transferência de recursos da Educação Superior Pública em favor da Educação Básica, seria um desmantelamento de um sistema que reconhecidamente oferece um ensino de melhor qualidade, reduzindo as oportunidades de ingresso aos mais pobres, além de acarretar prejuízos significativos para o desenvolvimento científico e tecnológico, visto que essa área se desenvolve principalmente no âmbito das instituições de ensino superior públicas.

Corbucci (2004, p. 9) considera ainda que “É pouco provável que o desempenho dessa função estratégica para o desenvolvimento e a soberania nacionais possa ser assumido pelo setor privado, a não ser por intermédio de transferências e/ou subsídios governamentais”.

Em resumo, em defesa de um maior investimento em ensino superior público e de qualidade, pode-se afirmar, segundo Corbucci (2004) que a obtenção de uma educação básica de qualidade, depende de professores qualificados, além disso, para que o país se desenvolva tecnológica e cientificamente, ele necessita de bons pesquisadores, que em grande parte fazem parte de instituições públicas de ensino superior.

2.3.2 Financiamento das Universidades Federais

Amaral (2003, p. 61) enfatiza que o financiamento das IFES passa pelo Fundo Público Federal, o qual é constituído, segundo este autor, “de recursos oriundos da sociedade, colocados à disposição do governo federal para implementar as políticas públicas da União”.

Segundo Amaral (2003, p. 65)

É no embate entre esses gastos do Fundo Público que se estabelecem as prioridades para as ações dos poderes públicos, incluído aí o financiamento da educação, e, em particular, das Instituições Federais de Ensino Superior. A gestão do Fundo passa a ser, portanto, um dos importantes ingredientes na luta democrática na sociedade.

Amaral (2003) salienta que os recursos são repassados ao Ministério da Educação, que através da utilização de metodologias baseadas no financiamento por fórmulas determina o montante destinado ao pagamento de pessoal, manutenção e investimentos a serem realizados pelas Instituições Federais de Ensino Superior.

As formas de alocação de recursos públicos ao Ensino Superior são normalmente agrupadas pelos Estados em duas categorias: financiamento básico e suplementar. O financiamento básico é decomposto em quatro modelos: financiamento Incremental ou Inercial; financiamento por Fórmulas; financiamento Contratual e financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes.

No *financiamento incremental ou inercial*, o estabelecimento de recursos financeiros para determinado ano baseiam-se nos recursos do ano anterior. A definição do novo valor pode ser definida apenas pelo Governo, negociado entre o Governo e a instituição ou através da especificação de um percentual de incremento a cada ano.

Pelo *financiamento contratual* se estabelece um acordo entre a instituição e o Estado, onde a instituição se compromete a concretizar um determinado programa ou a atingir determinados objetivos, recebendo então uma contrapartida do Estado.

No *financiamento por subsídios* às mensalidades dos estudantes são utilizados cheques educacionais, onde parcela de receitas oriundas de impostos cobrados pelo Estado se destina à educação e é dividido em cheques, os quais são repassados aos estudantes para que escolham universidades de sua preferência.

O *financiamento por fórmulas* segundo Borges (2005, p. 49) “envolve a combinação de variáveis relativas à manutenção da instituição, desde o número de docentes e de alunos, até indicadores tidos como de desempenho, passando por índices tidos como de eficiência”.

A partir de 2006 o MEC passou a utilizar uma matriz para a alocação de recursos orçamentários que foi desenvolvida em conjunto com a ANDIFES e o FORPLAD. Através desta metodologia, são previstos os financiamentos das IFES em duas etapas ou partes.

O Orçamento de Manutenção é subdividido em parcela de Manutenção Básica (despesas correntes) que utiliza um modelo sem partição considerando a Unidade Básica de Custeio (UBC) multiplicado pelo número de alunos equivalentes de cada IFES, correspondente a 80% do valor total do Orçamento de Manutenção e parcela de Qualidade e Produtividade (relacionada à aspectos qualitativos), e o Orçamento de Investimentos, subdividido em Parcela de Equalização (infraestrutura) e Parcela de Políticas Públicas e Expansão do Sistema Federal de Ensino Superior (Políticas Públicas Governamentais) (Brasil, 2006).

Matriz adotada pelo MEC necessita de diversos indicadores os quais são calculados sobre uma base de dados anuais das IFES de caráter acadêmico. Um dos principais indicadores utilizados é denominado Aluno Equivalente (NFTE).

Segundo o MEC “A coleta e a verificação dos dados constituem-se em importantes etapas, que além de promover uma grande interação entre as IFES e

destas com a SESu/MEC, constituem um Banco de Dados Acadêmicos importante para desenvolvimento de estudos e análises sobre o Sistema Federal de Ensino Superior. (Brasil, 2006).

Como mencionado anteriormente, o aluno equivalente (NFTE) é o principal indicador utilizado pelo MEC para a análise dos custos de manutenção das Instituições Federais de Educação Superior - IFES, nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC). O cálculo do NFTE para cada IFES integra quatro indicadores parciais, referentes às atividades educacionais nos seguintes níveis:

- Graduação;
- Mestrado *stricto sensu*;
- Doutorado;
- Residência Médica.

Quando da realização deste cálculo, são incluídos todos os cursos de caráter permanente, e que não sejam auto-financiados, mantidos por recursos especiais de convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas. (Brasil, 2006).

Para a realização do cálculo final do aluno equivalente, são somados separadamente através de fórmula específica para cada nível os alunos equivalentes dos diversos níveis de escolaridade existentes na educação superior brasileira, graduação, mestrado, doutorado e residência médica individualmente.

Após a realização dos cálculos de cada nível em separado, é realizado o cálculo do aluno equivalente total, que é um resultado da soma de todos estes alunos equivalentes.

Abaixo é demonstrada a fórmula de cálculo do aluno equivalente total:

$$\mathbf{Nfte = Nfte (G) + Nfte (M) + Nfte (D) + Nfte (R)}$$

Onde:

Nfte (G) = Número de alunos equivalentes (graduação);

Nfte (M) = Número de alunos equivalentes (mestrado);

Nfte (D) = Número de alunos equivalentes (doutorado);

Nfte (R) = Número de alunos equivalentes (residência).

2.3.3 Gastos Federais com a Universidade de Brasília - UnB

Ao analisarem o comportamento dos gastos do MEC com as Universidades Federais, e entre elas a Universidade de Brasília, no período de 1995 até 2001, Corbucci e Marques (2003, p. 12) observaram que houve um crescimento de cerca de 27% em valores correntes nos gastos realizados pelas Universidades Federais.

Corbucci e Marques (2003) concluíram, ainda, que a Universidade de Brasília apresentou no período analisado, taxas sempre maiores que aquelas evidenciadas pelo conjunto das Universidades Federais analisadas, o que, segundo os autores, pode ser explicado em grande parte, pelo fato da UnB ter ampliado a captação de recursos por fontes próprias, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3. Gastos realizados pelas Universidades Federais – 1998-2001 (Em R\$ correntes)

	1998	1999	2000	2001	2001/1998
(a) Universidades	5.832.607.016	6.364.055.726	6.829.107.142	6.886.833.386	18,1
(b) UnB	274.408,021	325.472.652	376.626.416	340.827.762	24,2
b/a	4,7	5,1	5,5	4,9	

Fonte: Siafi/Sidor. Elaboração: Corbucci e Marques

Segundo Corbucci e Marques (2003, p. 12)

A principal razão dessa maior expansão refere-se à implementação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), incorporada aos vencimentos dos docentes a partir de 1999, a qual implicou expansão da folha de pagamento dos servidores ativos.

No entanto, ao analisarem os gastos especificamente do Governo Federal na Universidade de Brasília entre 1998 e 2001, Corbucci e Marques (2003) concluíram que estes gastos são utilizados, na maior parte, ao pagamento de pessoal, custeio de benefícios a servidores e sentenças judiciais, e enfatizam que nos anos analisados o efetivo de servidores sofreu pequena variação, não havendo reajustes lineares de salários e assim, os gastos sob a rubrica Pessoal e encargos refletiram apenas o aumento vegetativo da folha.

A Universidade de Brasília, além dos recursos originados de repasses efetuados pelo Tesouro através da LOA, conta ainda com as chamadas receitas próprias, que compreendem receitas arrecadadas por órgãos da Administração Central com aluguéis, condomínios, taxas de ocupação, alienação de imóveis, serviços de alimentação, juros e rendimentos, taxas acadêmicas, entre outras receitas.

Além dos recursos citados acima, há ainda a participação no orçamento da UnB de receitas captadas por unidades descentralizadas/ arrecadoras, mediante a prestação de serviços pelas unidades (CESPE, EDU, CDT, CEAD, CPD, CEFTRU, FEF, entre outras, sendo o CESPE é a unidade responsável por cerca de 62,7% da receita consignada nessa fonte.

Corbucci e Marques (2003, p. 29) finalizam o estudo ressaltando que “a despeito de todo o dinamismo da UnB em termos de captação de recursos por meio de fontes próprias, os recursos do Tesouro ainda respondem por dois terços de seu orçamento”.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada na realização do trabalho, definindo-se a área de estudo, os procedimentos que foram utilizados bem como as técnicas de coletas de dados.

A área relacionada ao estudo desenvolvido nesta pesquisa é Finanças Públicas, e mais especificamente ao Orçamento Público, principalmente aquele executado pelas Universidades Federais brasileiras, oriundo dos repasses efetuados pelo Ministério da Educação através da Lei Orçamentária Anual.

O levantamento de dados foi realizado utilizando-se de consultas ao SIAFI, o qual é disponibilizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da União, abrangendo os anos de 2003 a 2010, e no âmbito da UnB foram levantados dados constantes principalmente no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 – Orçamento Programa Interno 2011, que contempla dados referentes às receitas e despesas no período de 2001 a 2010 e ainda um planejamento de atividades para o ano de 2011.

Como citado anteriormente, a análise de dados compreendeu basicamente o período de 2003 a 2010. Optou-se por este período por tratar-se dos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desta forma, não houve durante este período uma ruptura na política econômica e social, que é comum períodos de mudanças de governos.

O Orçamento da Universidade de Brasília é composto por recursos orçamentários do Tesouro, através do orçamento inicial e suplementações ocorridas em cada exercício e ainda pelos recursos diretamente arrecadados pela UnB. No entanto, como o objetivo fundamental deste trabalho é a verificação e análise da evolução dos recursos do Tesouro destinados à UnB oriundos da LOA, optou-se por utilizar apenas os recursos consignados à FUB através dos orçamentos iniciais, no período de 2003 a 2010.

Foram analisados os seguintes Grupos de Despesas: Pessoal e Encargos Sociais, referente à despesas de natureza remuneratória, que decorram de efetivo exercício no serviço público, bem como de aposentadorias, pensões, gratificações, adicionais, entre outros; Outras Despesas Correntes, relacionado com manutenção em geral, como aquisição de material de consumo, auxílio transporte, despesas com contratação temporária, e outras e por último o grupo de Despesas de Capital,

relacionadas com planejamento e execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e materiais permanentes, e outros.

Os dados desta pesquisa englobaram informações orçamentárias que foram complementadas por análises do contexto econômico e social do período que vai de 2003 a 2010, e foram coletados através de pesquisas em livros, revistas, artigos científicos, teses, dissertações, leis e também em sites da internet, sobre os seguintes assuntos: Gastos Públicos, Gastos Sociais, Crescimento dos Gastos Públicos, Gastos Públicos no Brasil, Governo Lula, Universidades Públicas Federais, Universidade de Brasília, e demais assuntos tratados neste trabalho, e ainda em documentos cedidos pela Universidade de Brasília.

Objetivando a apuração dos dados obtidos através das fontes supracitadas, foram utilizados gráficos, tabelas e estatísticas.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise dos Gastos Públicos Federais com a Universidade de Brasília

É fato que os gastos públicos governamentais têm crescido nas últimas décadas em quase todos os países do mundo, inclusive no Brasil, corroborando com as teorias econômicas que tentam explicar este fenômeno. Assim, com o intuito de responder ao questionamento proposto no início deste trabalho, os dados coletados referentes aos Gastos Públicos com a Universidade de Brasília no período de 2003 a 2010 são expostos e analisados neste capítulo.

4.1.1 Evolução dos Recursos Orçamentários do Tesouro, por categoria econômica, no Período de 2003 a 2010

A tabela 4 apresenta a evolução dos recursos do Tesouro consignados à FUB, no período de 2003 a 2010, em valores atualizados, mediante Lei Orçamentária Anual, nos grupos de despesa Pessoal e Encargos Sociais; Outros Custeios (Custeio Líquido e Programas Específicos) e Despesas de Capital.

Tabela 4. Evolução de Recursos Orçamentários do Tesouro – 2003 a 2010 - Atualizada

Despesa	R\$ 1.000,00							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 – Pessoal e Encargos Sociais	366.873	419.304	424.293	407.457	485.328	457.933	376.113	528.544
2 – Outras Despesas Correntes	36.859	43.686	54.921	60.841	66.074	74.099	87.344	88.284
2.1 Custeio Líquido	22.596	26.138	36.440	43.065	48.289	46.940	45.986	48.215
2.2 Programas Específicos - Custeio	14.263	17.548	18.481	17.776	17.785	27.160	41.358	40.069
3 – Despesas de Capital	437	673	897	0	1.067	8.349	52.738	40.650
3.1 Capital Líquido - Equipamentos	437	673	897	0	1.067	1.113	2.138	3.103
3.2 Programas Específicos - Capital	0	0	0	0	0	7.236	50.600	37.547
4 – Sub-total – ODC e Capital (2 + 3)	37.297	44.359	55.818	60.841	67.141	82.448	140.083	128.934
Total (1 + 4)	404.169	463.663	480.111	468.298	552.469	540.381	516.195	657.478

Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

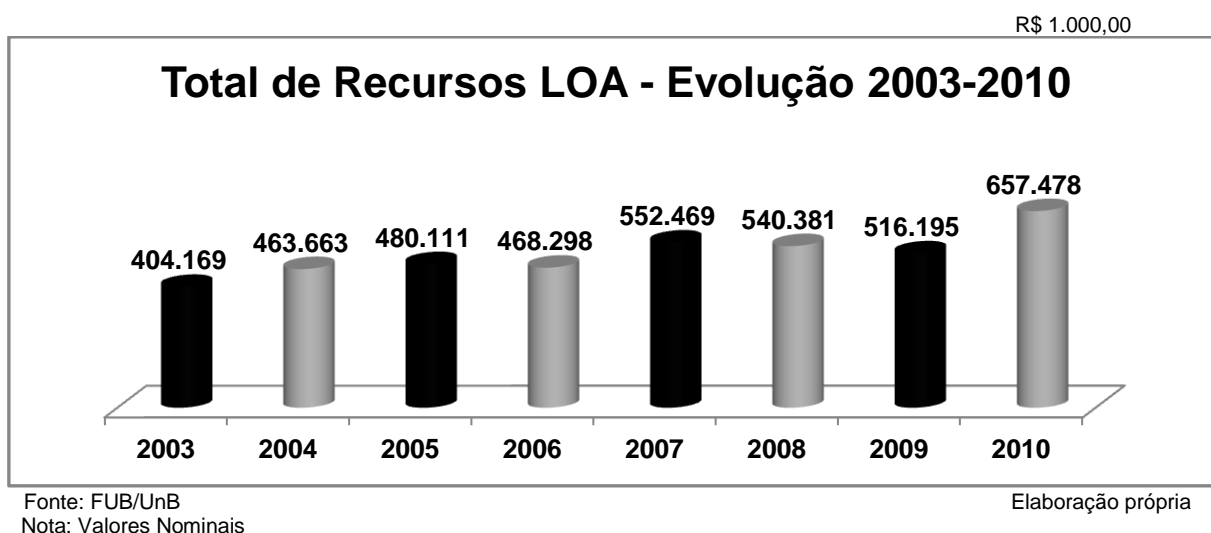
Elaboração própria

As despesas efetivamente realizadas à conta de recursos orçamentários do Tesouro, considerando tanto os recursos do orçamento inicial, quanto os originários

de suplementações ocorridas em cada exercício, no período de 2003 a 2010 foram superiores às apresentadas anteriormente. No entanto, como o objetivo fundamental deste trabalho é a verificação e análise da evolução dos recursos do Tesouro destinados à UnB oriundos da LOA, optou-se por utilizar apenas os recursos consignados à FUB através dos orçamentos iniciais em cada ano, conforme observado em gráfico abaixo.

Através do gráfico abaixo é representada a série analisada neste trabalho, ou seja, os repasses realizados pelo MEC à FUB através da LOA no período de 2003 a 2010. Por este gráfico, observa-se que houve neste período um acréscimo percentual total aproximado de 67,39%.

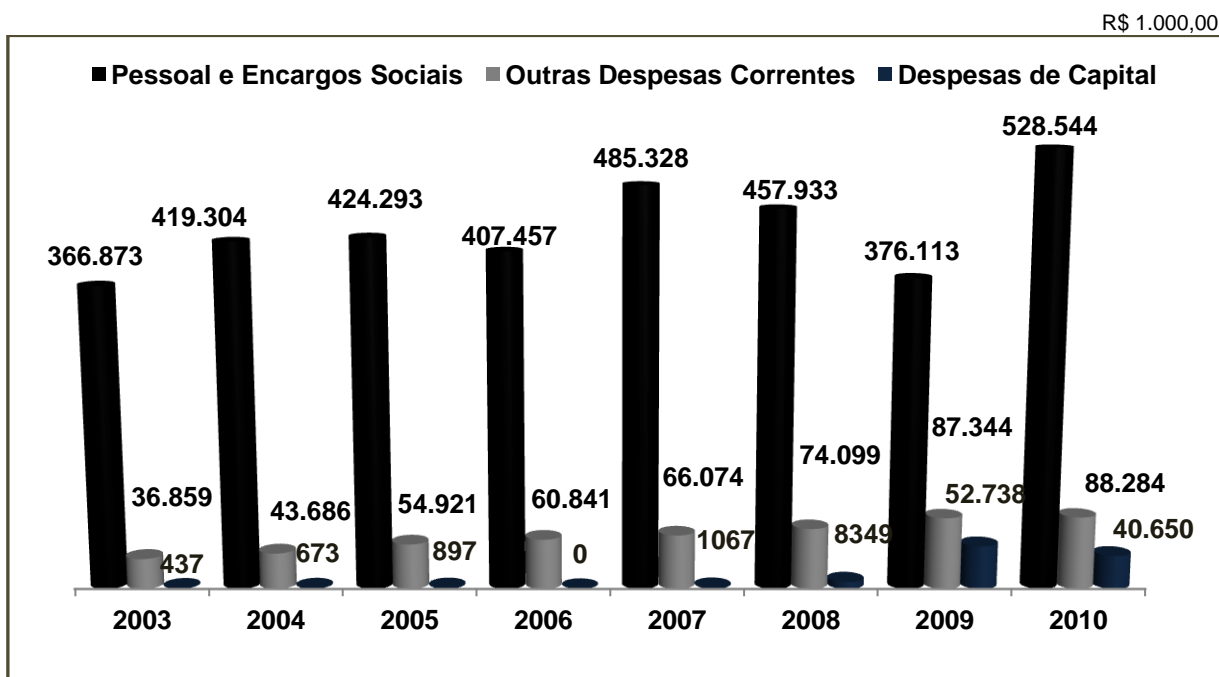
Gráfico 1 - Evolução dos Repasses MEC - FUB – 2003/2010



Pela análise do gráfico acima, observa-se que nos anos de 2006, 2008 e 2009, houve redução nos valores repassados pelo MEC à UnB através dos orçamentos iniciais, e nos anos de 2007 e 2010 houve aumentos significativos em relação ao ano imediatamente anterior.

Para uma análise mais minuciosa da evolução destes repasses, o gráfico 2 mostra os gastos do Tesouro com a UnB no período de 2003 a 2010, desmembrando estes valores entre as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Gráfico 2 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2003/2010 – por Grupos de Despesas.



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Pelo gráfico acima, nota-se que as despesas com pessoal e encargos sociais seguem a tendência dos recursos totais repassados, e sofreram queda nos anos de 2006, 2008 e 2009, e elevação significativa nos anos de 2004, 2007 e 2010.

Quanto à categoria Outras Despesas Correntes, em todo o período analisado houve crescimento significativo em relação ao ano anterior.

Analisando as Despesas de Capital, que se referem aos recursos repassados objetivando investimentos, apesar de haver aumentos nos anos de 2004, 2005 e 2007, estes valores destinados à investimentos eram insignificantes, havendo até mesmo ausência de recursos para esta finalidade no ano de 2006. Somente a partir do ano de 2008 são destinados valores mais significativos para esta finalidade.

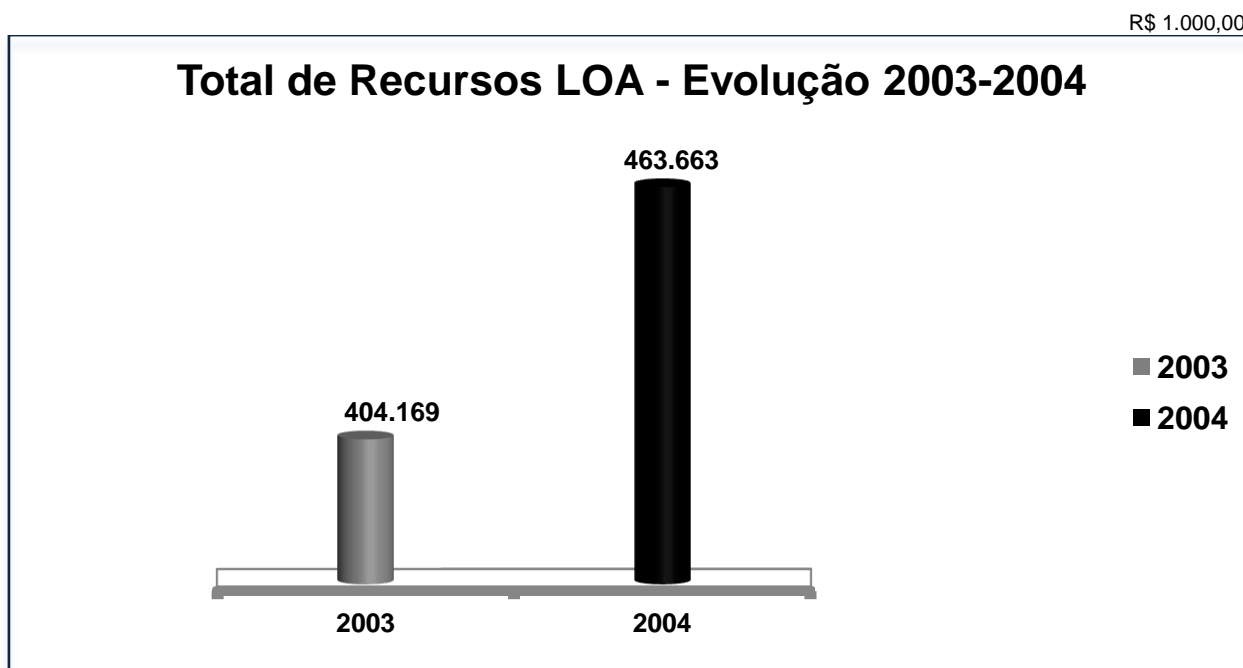
Realizando-se uma comparação entre os anos de 2007 e 2008, verifica-se que houve uma evolução percentual aproximada de 680%. Entre os anos de 2008 e 2009, outra evolução significativa de aproximadamente 532%.

Verifica-se, desta forma, que a destinação de recursos para investimentos na UnB começam a ganhar importância a partir do ano de 2007.

Realizando uma comparação entre os recursos consignados à FUB através da LOA entre os anos de 2003 e 2004, conforme demonstrado através do gráfico 3

abaixo, verifica-se que houve um aumento de 14,72% neste período, cujos valores saltaram de 404 para 463 milhões de reais.

Gráfico 3 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – 2003/ 2004



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

No entanto, quando se analisa os grupos de despesas separadamente, verifica-se, conforme gráfico abaixo, que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais cresceram de 2003 para 2004, em um percentual aproximado de 14,3%, ou seja, um pouco inferior ao aumento percentual total. O grupo de Outras Despesas Correntes, relacionado com despesas de Custeio Líquido e Programas Específicos, tiveram uma evolução maior que o grupo anterior, comparando-se o ano de 2003 e 2004, o aumento foi de 18,5% aproximadamente.

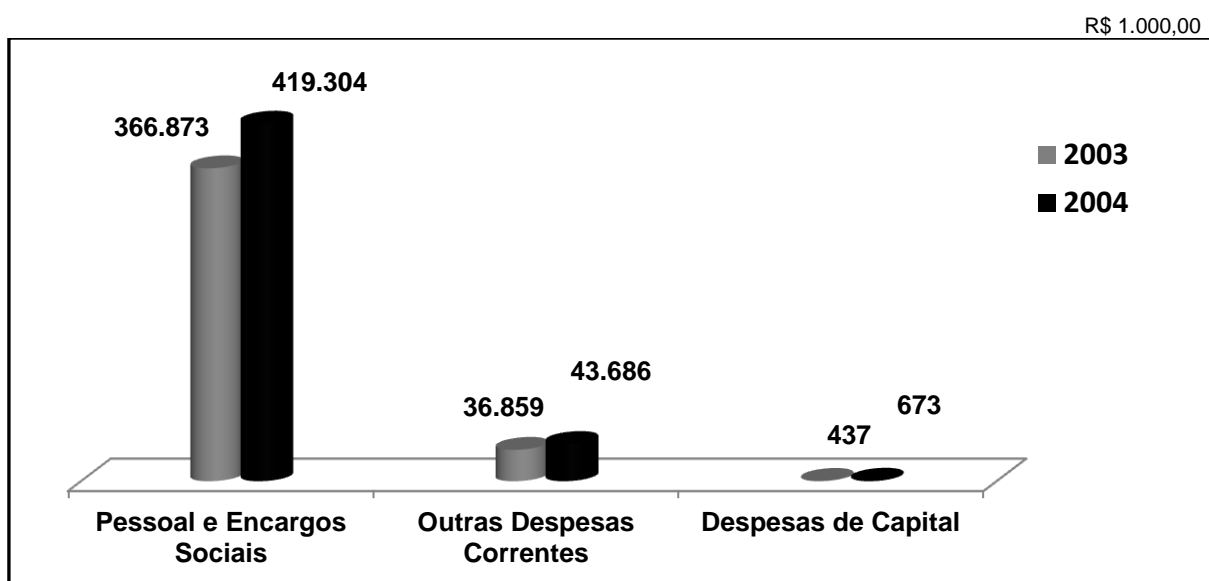
Quanto ao grupo de Despesas de Capital, destinados a investimentos, o aumento foi de aproximadamente 54%. Apesar deste aumento significativo, quando comparado ao total de recursos destinados à FUB, estes valores foram irrisórios se comparados aos outros dois grupos de despesas.

Nota-se, desta forma, que as despesas com pessoal e manutenção ainda representam percentual significativo nos repasses realizados pelo Tesouro. De certa forma, isto pode significar incremento no quadro de servidores, mas ao mesmo tempo, aumento do número de aposentados e pensionistas.

O incremento no Grupo Outras Despesas Correntes, que diz respeito a despesas essencialmente operacionais, pode estar relacionado ao aumento nos gastos com materiais de consumo, passagens diárias e outros, mas ao mesmo tempo pode significar manutenção de novas obras e equipamentos adquiridos com os recursos de Capital.

O aumento significativo nas Despesas de Capital está relacionado com novos investimentos na Universidade de Brasília, como obras, reformas e aquisição de equipamentos, despesas essenciais para a expansão da Universidade e atividades de interesse da coletividade, tais como construções de novos prédios, estacionamentos e outros investimentos primordiais para a continuidade e desenvolvimento das atividades no âmbito da Instituição.

Gráfico 4 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2003/2004 – por Grupos de Despesas



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

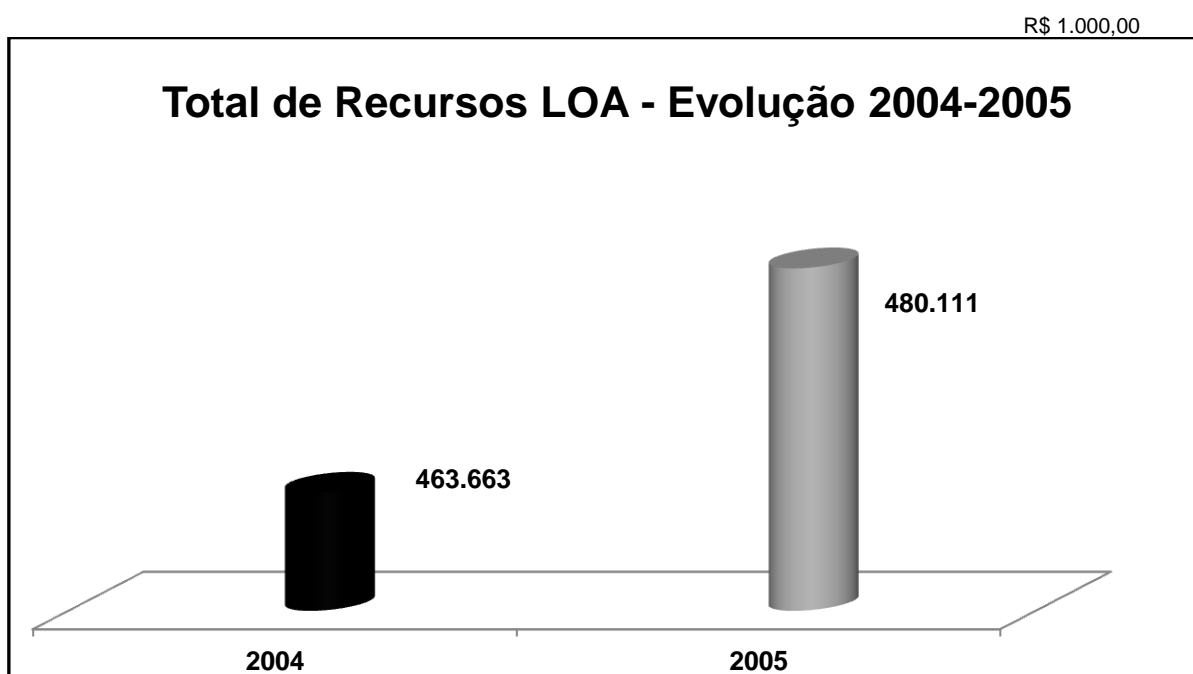
Através do Relatório Anual de Gestão, emitido pela UnB a cada final de ano, quando é realizado um balanço de todas as Unidades, é explicitado que a instituição não dispõe dos meios necessários resolução de alguns problemas detectados visto que a mesma sofre de falta de recursos financeiros, a ausência de pessoal qualificado e a insuficiência de professores responsáveis, em conjunto, pela metade das dificuldades apontadas.

Para a Universidade, a solução de tais problemas envolveria a elevação dos limites orçamentários no Orçamento Geral da União e, ainda, a contratação de

mais docentes e técnicos qualificados. Em suma, a resolução destas questões, consideradas essenciais ao desenvolvimento da Universidade dependem, em última instância, de autorização de órgãos federais.

Quando se compara os repasses realizados pelo Tesouro à Universidade de Brasília através da LOA no ano de 2004 com os realizados em 2005, verifica-se, conforme gráfico abaixo, que houve um aumento percentual aproximado de 3,55%. Este aumento foi 15% inferior à evolução de 2003 para 2004. Assim, percebe-se que apesar de ter havido uma evolução, esta foi decrescente quando se analisa a evolução ocorrida no ano de 2003 em relação a 2004 e deste com o ano de 2005.

Gráfico 5 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2004/2005



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Para um melhor entendimento da distribuição deste aumento, o gráfico nº 6 mostra a evolução por grupos de despesas.

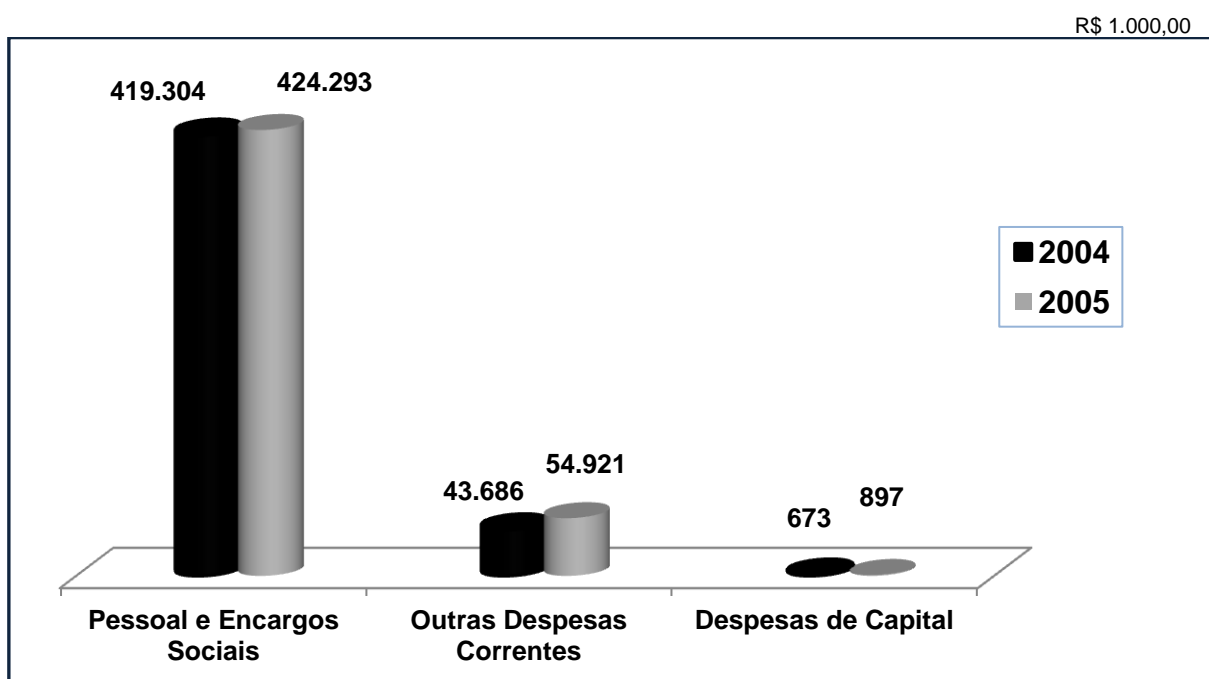
As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, praticamente não sofreram acréscimo, que foi de apenas 1,19% no ano de 2005, cujos valores passaram de 419.304 no ano de 2004, para 424.293 milhões no ano de 2005. O que pode significar ausência de novas contratações e abertura de novos concursos objetivando expandir o quadro de servidores efetivos da Universidade.

Neste mesmo período, o grupo Outras Despesas Correntes teve um crescimento percentual aproximado de 25,7%, crescimento bastante superior ao

crescimento total, que foi de apenas 3,55%. Verifica-se que houve aumento novamente nas despesas com manutenção da máquina administrativa.

Quanto ao grupo Despesas de Capital, o crescimento foi de 33,4% aproximadamente. Apesar dos valores serem bastante modestos, o crescimento percentual foi bastante superior ao concedido às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que foi de apenas 1,19%, conforme mencionado acima. Isto demonstra interesse em investir na expansão da Universidade, seja através de novas construções, seja pela aquisição de equipamentos e matérias permanentes fundamentais para evitar a obsolescência destes.

Gráfico 6 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2004/2005 – por Grupos de Despesas.

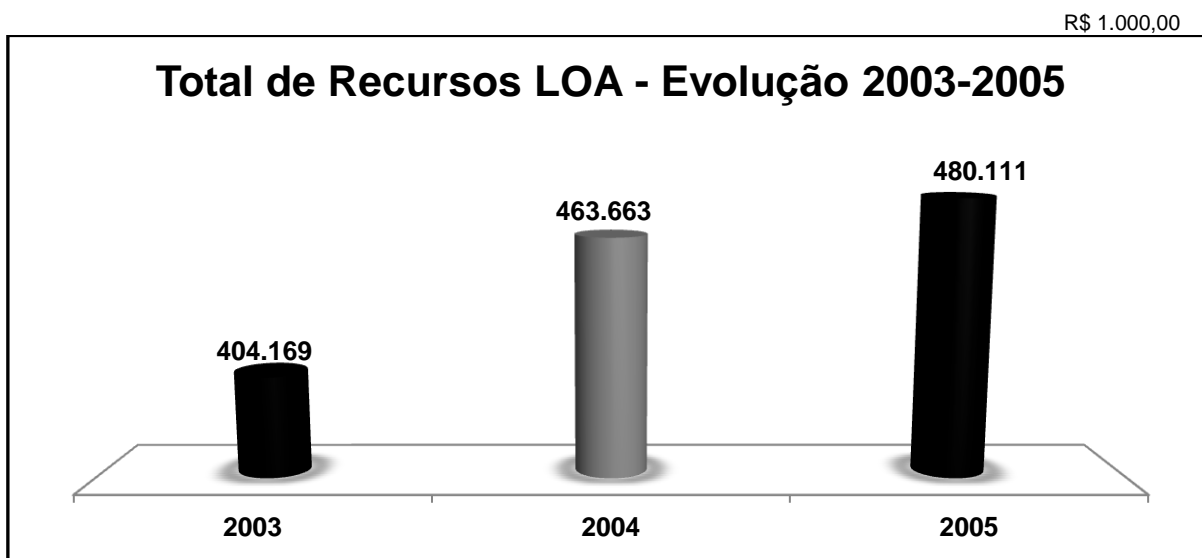


Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Analisando a evolução entre os anos de 2003, 2004 e 2005, observa-se através do gráfico abaixo que a diferença aproximada entre 2003-2004(aumento de 14,72%) e 2004-2005 (aumento de 3,55%), foi de 11,17% a menos entre os anos de 2004 e 2005. No entanto, o aumento acumulado dos gastos do MEC com a FUB entre os anos de 2003 e 2005 foi de 18,27%.

Gráfico 7 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003 a 2005

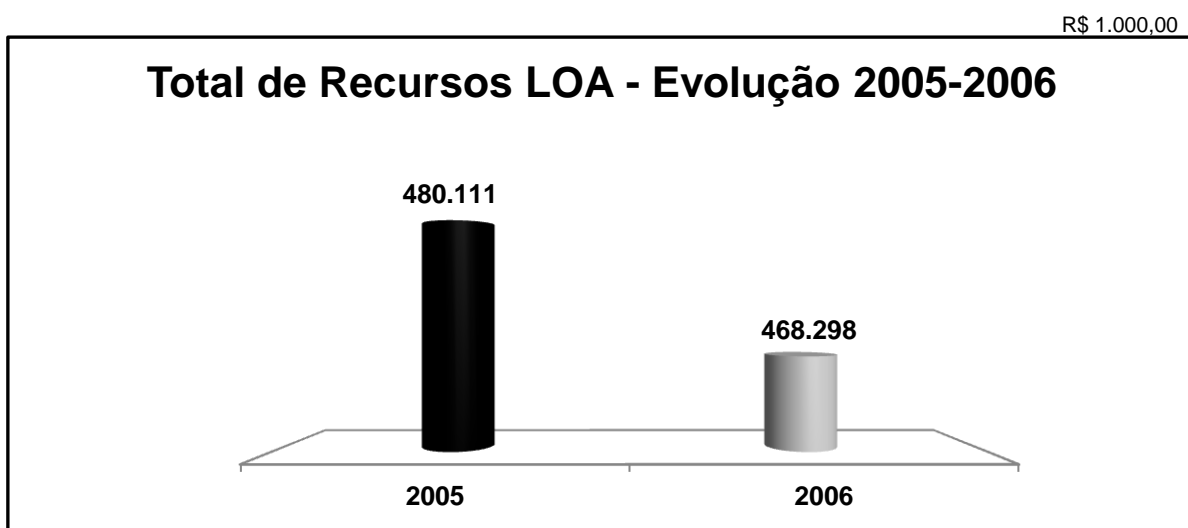


Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

O próximo gráfico mostra a evolução dos Recursos Federais destinados à FUB nos anos de 2005 e 2006. Pelos dados obtidos, observa-se que houve uma redução percentual aproximada de 2,46% nos valores totais repassados através do orçamento inicial.

Gráfico 8 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2005/2006



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

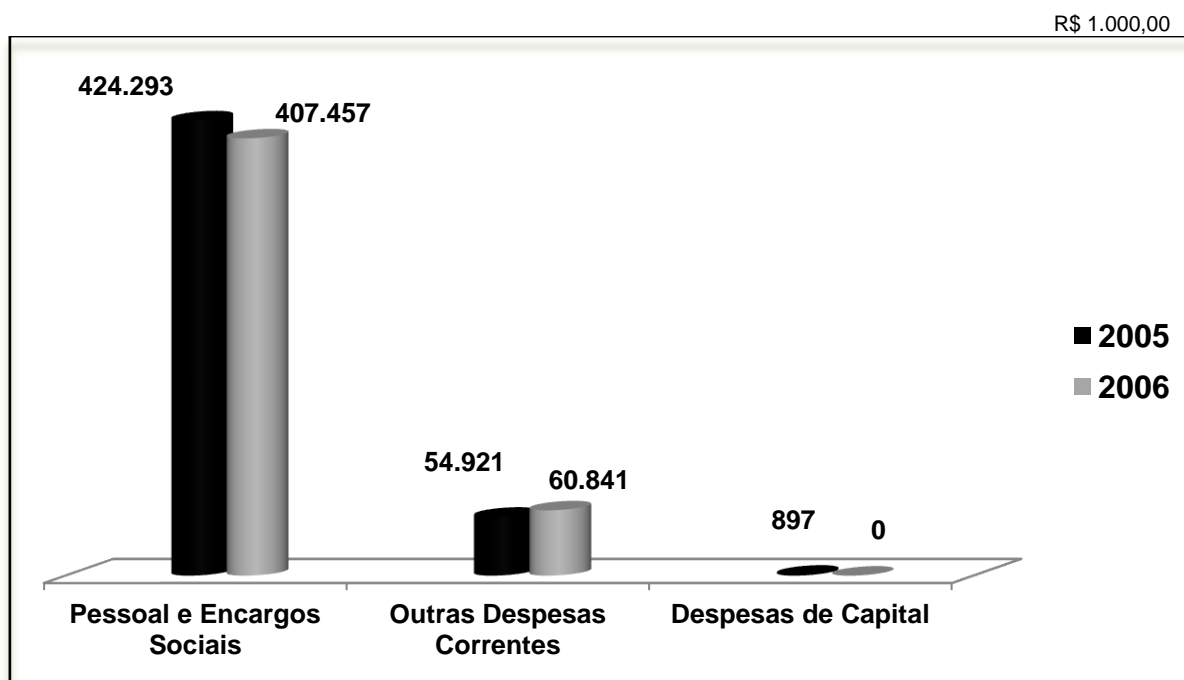
Para um melhor entendimento, os recursos foram separados por grupos de despesas, conforme gráfico abaixo. Observa-se que o Grupo Despesas com Pessoal e Encargos Sociais sofreu uma redução de R\$16.836.000,00, aproximadamente 3,98%.

O Grupo Despesas de Capital, relacionado a investimentos e aquisição de equipamentos, não recebeu recursos no ano de 2006, o que pode significar sucateamento e obsolescência de equipamentos, redução de obras e reformas no âmbito da Universidade de Brasília.

Quanto às Outras Despesas Correntes, no ano de 2006 houve um acréscimo no repasse de recursos em relação ao ano anterior, da ordem de 10,8%, o que representou um incremento de R\$ 5.920.000,00.

Observa-se, desta forma, que apesar de não ter havido aumento nas despesas com pessoal, e nem repasses para investimentos, as despesas com manutenção aumentaram mais de 10%, que pode significar ineficiência ou ausência de políticas de contenção de gastos.

Gráfico 9 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2005/2006 – por Grupos de Despesas.

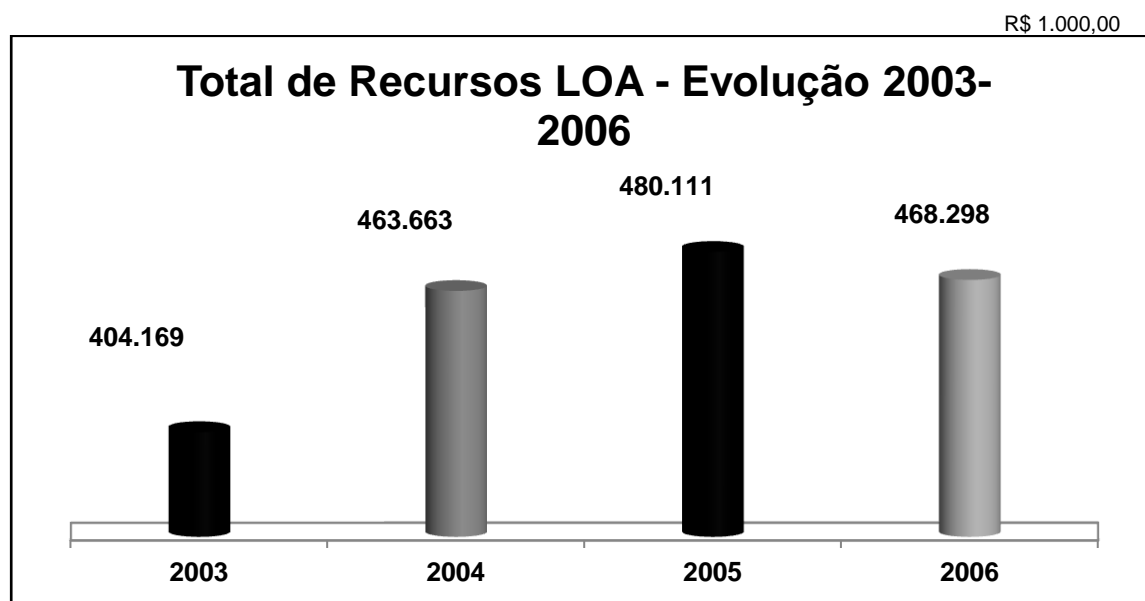


Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Apesar de ter havido uma redução de 2,46% aproximadamente nos recursos repassados pelo MEC à FUB no ano de 2006 em relação ao ano de 2005, o aumento acumulado entre os anos de 2003 a 2006 foi de aproximadamente 15,81%, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003-2006

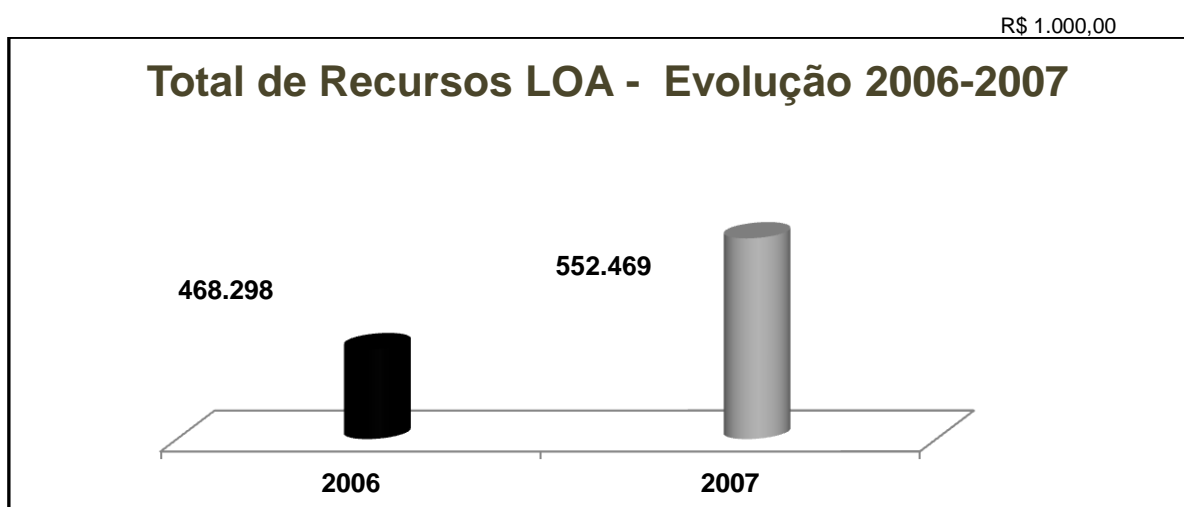


Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Quando se analisa a evolução dos recursos do Tesouro consignados à FUB no ano de 2007 e faz-se a comparação em relação ao ano de 2006, observa-se que houve um aumento percentual de aproximadamente 17,97%. Desta forma, mesmo tendo havido uma redução no ano de 2006 em relação a 2005, o aumento em 2007 compensou esta perda.

Gráfico 11 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2006/2007



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

O gráfico seguinte mostra a dinâmica dos repasses do Tesouro à FUB no ano de 2007, comparando com aqueles repassados em 2006, por Grupos de Despesas. Observa-se que houve evolução para os três grupos analisados, a saber: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e ainda o grupo das Despesas de Capital.

Pelo gráfico, nota-se que o Grupo de Despesas de Capital, que no ano de 2006 não obtivera repasse de recursos, em 2007 recebe mais de um milhão de reais, os quais são destinados a obras e investimentos na Universidade de Brasília, bem como aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

No entanto, não basta investir em obras e instalações, adquirir equipamentos e não haver recursos para a manutenção destes. Equipamentos necessitam de peças de reposições e manutenção, bem como de pessoas para os utilizarem, prédios construídos necessitam de manutenção e de pessoas que os ocupem e utilizem para melhorar os serviços públicos, assim, é essencial que haja recursos disponíveis para estas finalidades.

Com o objetivo de verificar se houve recursos destinados às finalidades acima elencadas, são verificados os grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.

O grupo de Despesas Pessoal e Encargos Sociais obteve no ano de 2007 em relação a 2006, um incremento de aproximadamente 19,11% nos valores recebidos do MEC através do Orçamento Inicial, percentual este próximo ao percentual de 17,97%, obtido nos repasses totais.

O Grupo de Outras Despesas Correntes obteve em 2007 um acréscimo percentual aproximado de 8,60%.

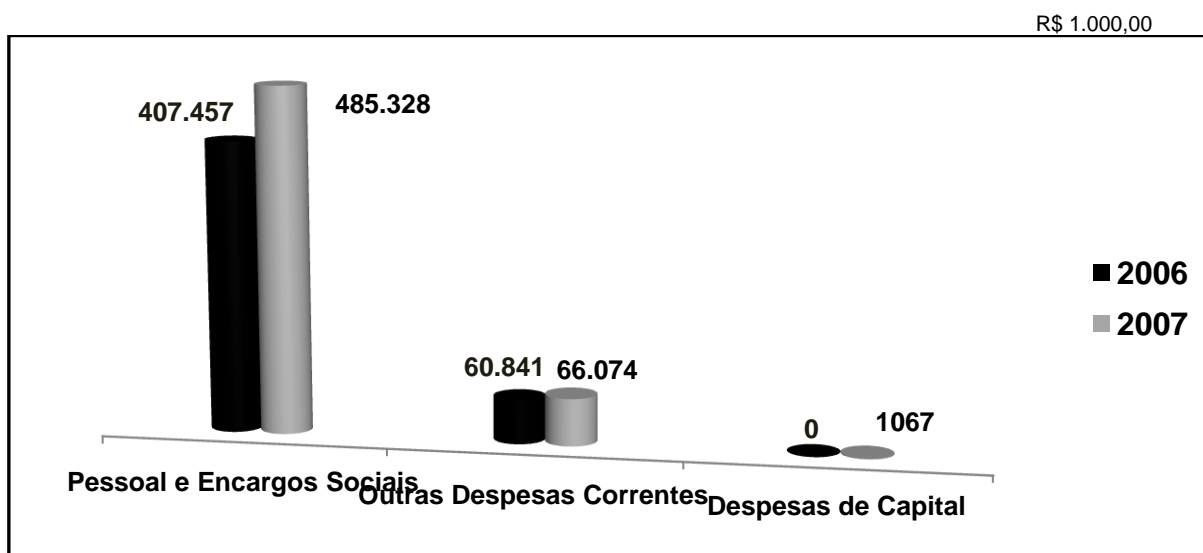
Quanto ao grupo Despesas de Capital, houve um acréscimo em 2007 de aproximadamente 1.067%, já que no ano de 2006 não houve repasses de recursos através do orçamento inicial, para este grupo de despesas. Desta forma, a Universidade de Brasília conta em 2007 com mais de um milhão de reais para a realização de investimentos.

Os investimentos e aquisições são fundamentais para que a Universidade consiga se manter estrutural e tecnologicamente atualizada, visto que equipamentos, principalmente aqueles relacionados às novas tecnologias e inovações científicas, e a Universidade sendo considerada por muitos como o

berço do conhecimento, necessita estar atualizada diante da globalização e inovações tecnológicas.

É neste sentido que os recursos destinados ao grupo de Despesas de Capital ganham importância.

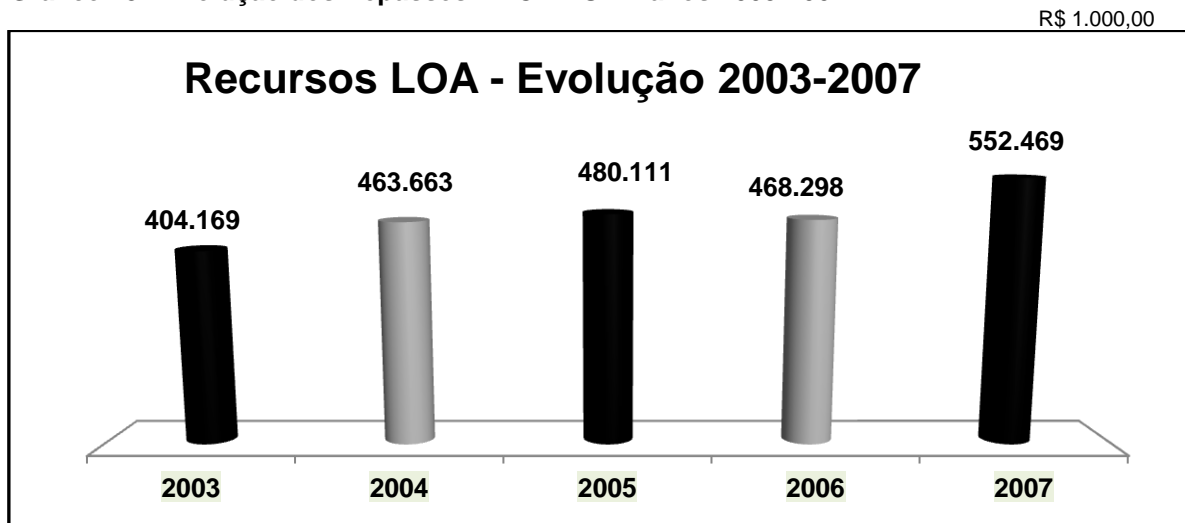
Gráfico 12 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2006/2007 – por Grupos de Despesas.



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Ao analisar a evolução nos anos de 2003 a 2007, verifica-se, conforme gráfico abaixo, que o percentual acumulado neste período foi de 36,7%, apesar de ter havido redução de aproximadamente 2,46% nos recursos repassados no ano de 2006 em relação a 2005.

Gráfico 13 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003-2007

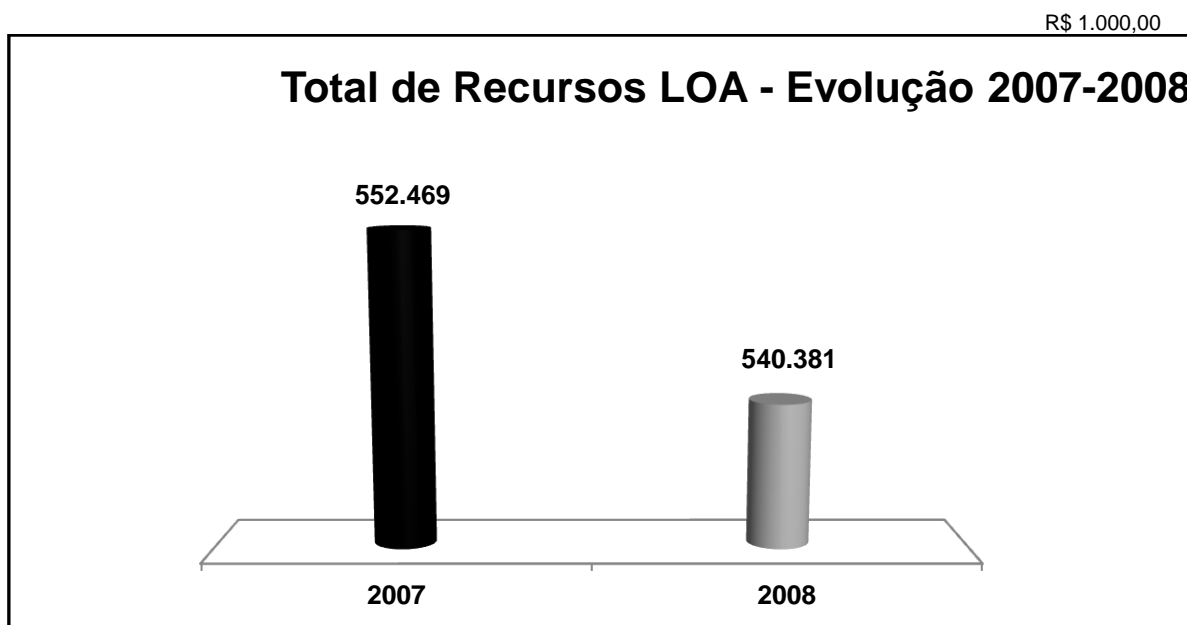


Fonte: FUB/UnB

Nota: Valores Nominais

A evolução ocorrida entre os anos de 2007 e 2008 é demonstrada abaixo, através do gráfico nº 14. Por este gráfico, observa-se que no ano de 2008 novamente houve um decréscimo nos valores totais repassados pelo MEC à FUB, em um percentual aproximado de 2,18%.

Gráfico 14 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2007 e 2008



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Analisando-se separadamente a evolução ocorrida em cada Grupo de Despesas, conforme gráfico abaixo, verifica-se que houve redução no repasse de recursos para despesas com Pessoal e Encargos Sociais, da ordem de R\$ 27.395.000,00, em um percentual aproximado de 5,64%, o que pode estar relacionado com evasão de servidores para outros órgãos, redução de benefícios, ou outros motivos internos.

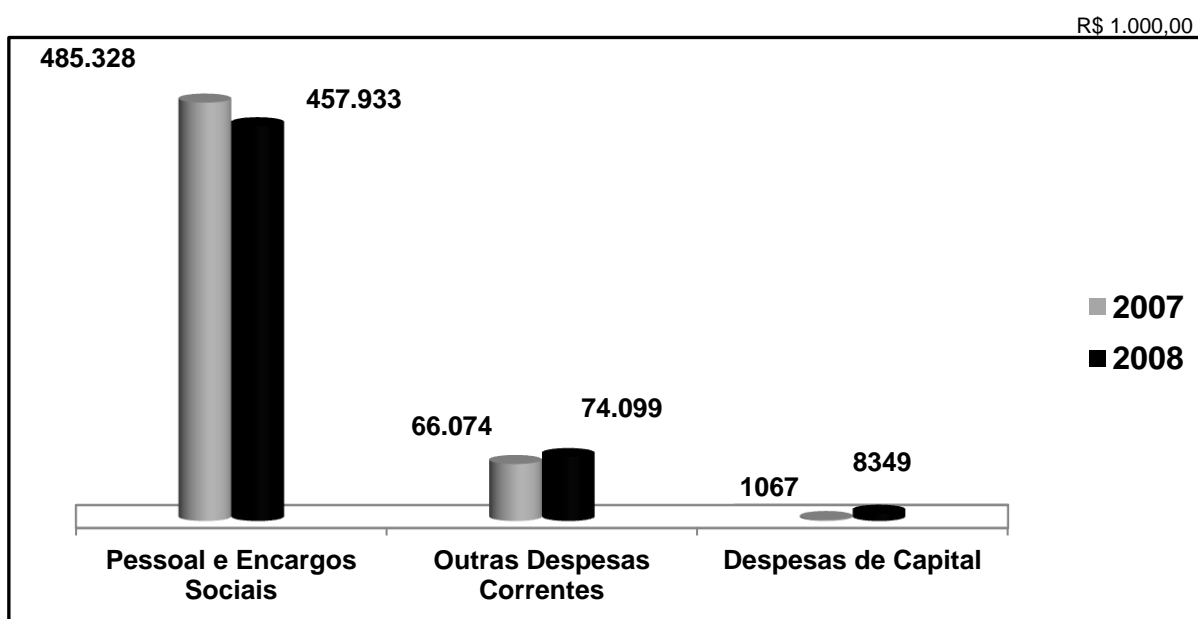
Pelo gráfico, percebe-se que o grupo Outras Despesas Correntes teve um aumento percentual de 12,2%. Considerando que os valores totais repassados no ano de 2008 sofreram decréscimo em relação a 2007, conclui-se que as despesas com manutenção, diárias, passagens e materiais de consumo novamente tiveram acréscimos. Este fato pode estar relacionado ao aumento nos repasses para o grupo de Despesas de Capital.

Apesar dos recursos ainda serem bastante modestos em relação ao grupo de despesas com Pessoa e Encargos Sociais, no ano de 2008 as Despesas de

Capital obtiveram um acréscimo bastante significativo de 680% aproximadamente. Este acontecimento pode estar relacionado às políticas de expansão da Universidade de Brasília, com a construção de campi em cidades satélites, como Gama, Ceilândia e Planaltina.

De acordo com o Relatório de Gestão 2008, emitido pela UnB no final do ano, a Prefeitura da Universidade executou os seguintes projetos relacionados a obras e instalações: execução de 25% das demandas de obras de reformas para atender os portadores de necessidade especiais nos *campi* e unidades dispersas; instalação de elevador no ICC pelo CEPLAN e adaptação de banheiros em prédios; instalação de 53 placas de sinalização em diversos prédios, execução de 1.207,60m² de calçadas e construção de rampa para cadeirantes; construção de 3.333,56m² de calçadas; reforma de 18.807m² de área em: Brazlândia, Ceilândia, Gama, Planaltina e *Campus* Darcy Ribeiro alojamento de estudantes, Câmara Reitoria, entre outros e ampliação de estacionamentos no *Campus* Darcy Ribeiro.

Gráfico 15 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2007/2008 – por Grupos de Despesas.



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

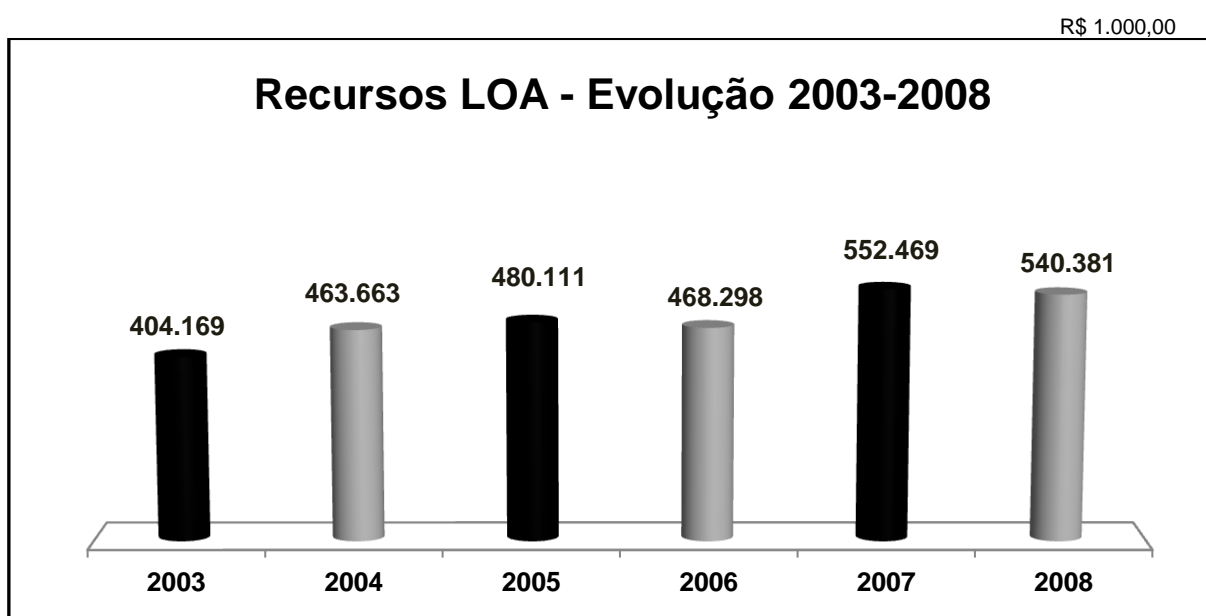
Elaboração própria

Novamente pode ser feita uma análise do percentual de aumento nos repasses do MEC, acumulado durante os anos de 2003 a 2008, o que se observa, segundo o gráfico abaixo, foi de 33,7% em 6 anos.

Pelo gráfico, observa-se que a dinâmica dos recursos repassados à FUB é inconstante, havendo um crescimento dos valores totais nos anos de 2004 e 2005, queda em 2006, acréscimo em 2007 e novo decréscimo em 2008.

Esta inconstância pode ser prejudicial à Gestão Universitária, visto que um planejamento se tornará prejudicado, devendo ser revisto em seus valores, pois, considerando-se que as despesas e necessidades são crescentes e, para que haja expansão e crescimento das atividades realizadas pela Instituição, é essencial que se possa considerar um crescimento nas receitas, ainda que seja módico.

Gráfico 16 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003 a 2008

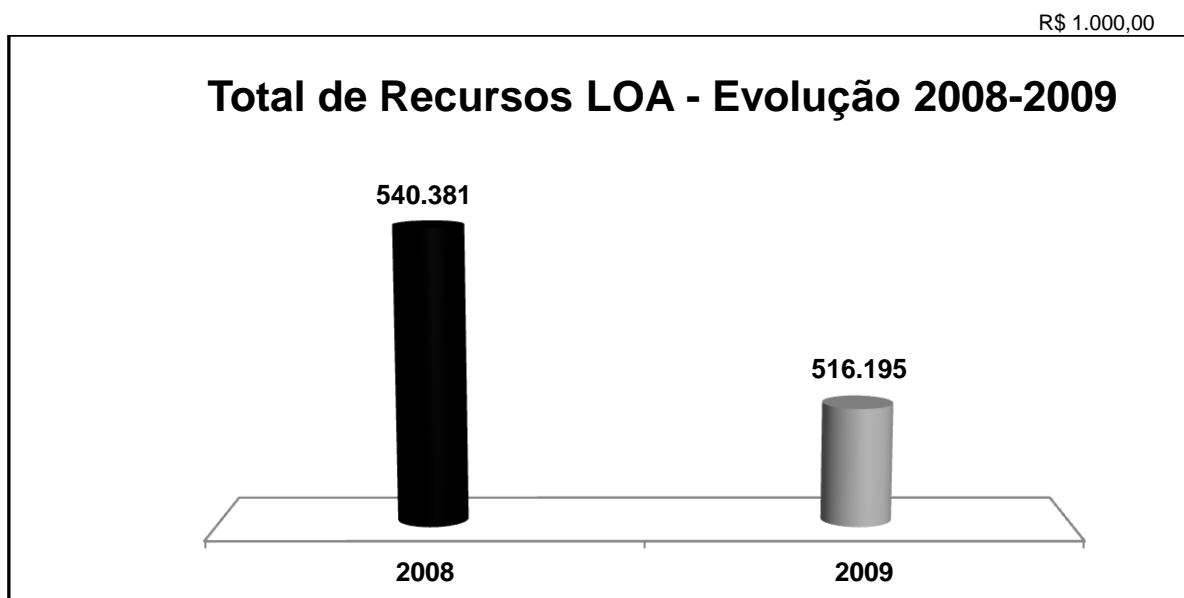


Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Quando se realiza uma comparação entre os valores repassados em 2009 com aqueles recebidos pela Universidade de Brasília em 2008, constata-se que houve um decréscimo no repasse de recursos à FUB pelo MEC, de aproximadamente 4,46%, reduzindo em dois anos (2008 e 2009) 6,57% em relação ao ano de 2007, quando foi repassado através da LOA R\$552.469.000,00.

Novamente percebe-se que recursos essenciais à Administração Universitária foram suprimidos, conforme observa-se no gráfico 18, que separa os recursos por Grupos de Despesas Específicos.

Gráfico 17 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2008 e 2009

Fonte: FUB/UnB

Nota: Valores Nominais

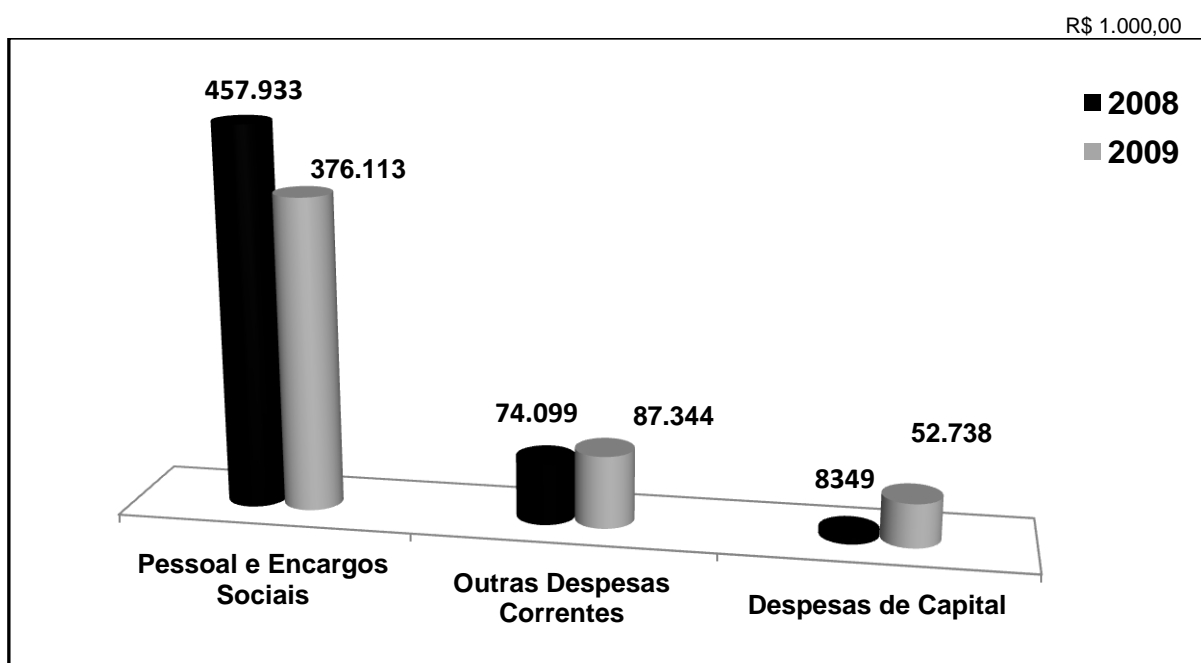
Elaboração própria

Quando se analisa os Grupos de Despesas separadamente, observa-se que em 2009 as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais sofreram um decréscimo nos valores totais repassados pelo MEC, de aproximadamente 17,86%, um percentual bastante significativo que pode significar redução a folha de pagamento ou de benefícios a servidores, entre outros motivos.

Quanto ao Grupo Outras Despesas Correntes, houve acréscimo nos valores repassados de aproximadamente 17,87%. Observa-se, que foi praticamente o mesmo percentual que se reduziu no grupo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, ou seja, transferiu-se estes valores para despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, quando não se referir à substituição de servidores de categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos do quadro de pessoal, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Para o Grupo de Despesas com Capital, houve em 2009 um acréscimo de aproximadamente 531%. Os valores saltaram de R\$ 8.349.000,00 para R\$52.738.000,00, ou seja, um incremento em despesas com planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Gráfico 18 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2008/2009 – por Grupos de Despesas.



Fonte: FUB/UnB

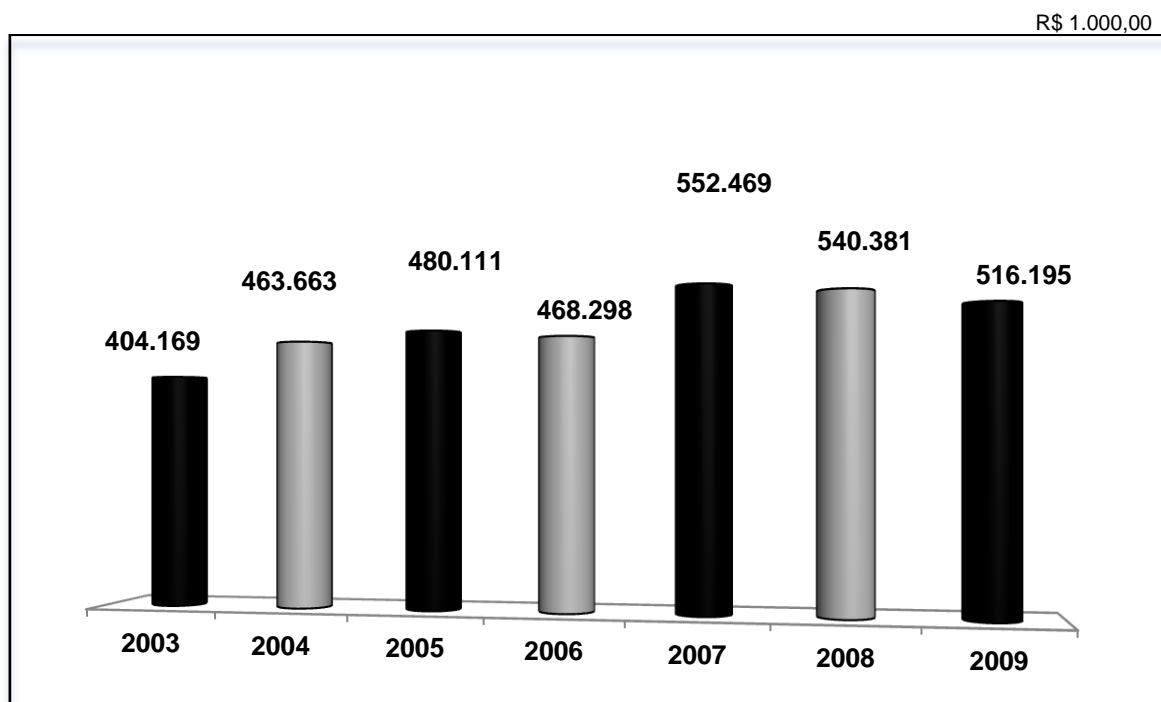
Elaboração própria

Analisando-se a evolução dos recursos repassados no período de 2003 a 2009, verifica-se que houve um aumento percentual total aproximado de 27,72%, apesar de ter havido reduções nos valores repassados nos anos de 2006, 2008 e 2009 comparativamente ao ano anterior, conforme demonstrado através do gráfico nº 19, abaixo.

No entanto, conforme mencionado acima, além dessa evolução não ter ocorrido em todos os Grupos de Despesas analisados uniformemente, quando se compara este aumento com aquele concedido a todas as Universidades Federais (gráfico 23) para este mesmo período, observa-se que este acréscimo foi bastante inferior, visto que aquele concedido ao grupo de todas as Universidades Federais entre 2003 e 2009 foi de aproximadamente 92,7%.

Comparando estes percentuais com o aumento concedido à FUB, verifica-se que há uma defasagem de aproximadamente 64,98% nos valores repassados pelo MEC através dos orçamentos iniciais em cada ano.

Gráfico 19 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2003 a 2009



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

No ano de 2010, último ano da série analisada, houve um acréscimo substancial nos recursos consignados à FUB pelo MEC, os quais saltaram de R\$ 516.195.000,00 para R\$ 657.478.000,00, um percentual de aproximadamente 27,37%.

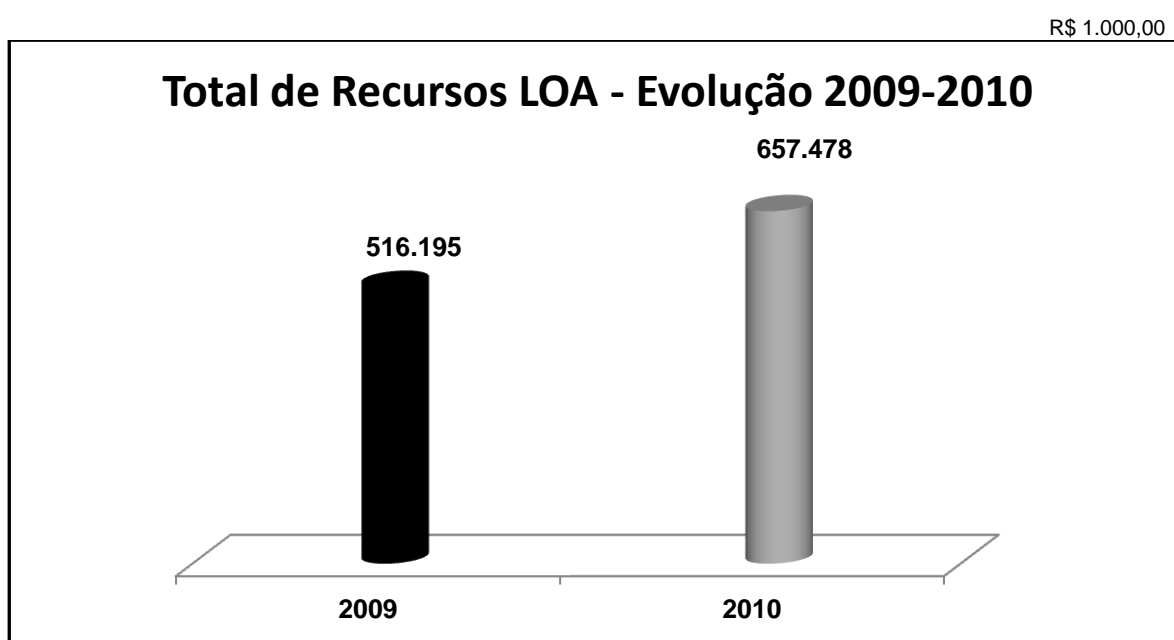
Assim, mesmo tendo havido reduções nos repasses efetuados nos anos de 2006, 2008 e 2009 de aproximadamente 9%, a soma total percentual para o período mostra que houve uma evolução significativa dos valores consignados à FUB pelo MEC no período de 2003 a 2009.

Além disso, os gráficos mostram que houve evolução significativa, principalmente a partir de 2007, do Grupo de Despesas com Capital, o que pode significar maiores investimentos em obras e instalações, além de aquisições de equipamentos e materiais permanentes, os quais são de primordial importância

para que a Universidade desempenhe com eficiência e eficácia seu papel junto à sociedade.

A evolução ocorrida no último ano da série analisada, 2010, mostra que o percentual adicional foi de aproximadamente 27,37%. Considerando que o percentual de aumento acumulado entre os anos de 2003 e 2010 foi cerca de 27,72%, observa-se que em apenas um ano o aumento foi praticamente o mesmo acumulado nos sete anos anteriores.

Gráfico 20 - Evolução dos Repasses MEC – FUB – anos 2009 e 2010



Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

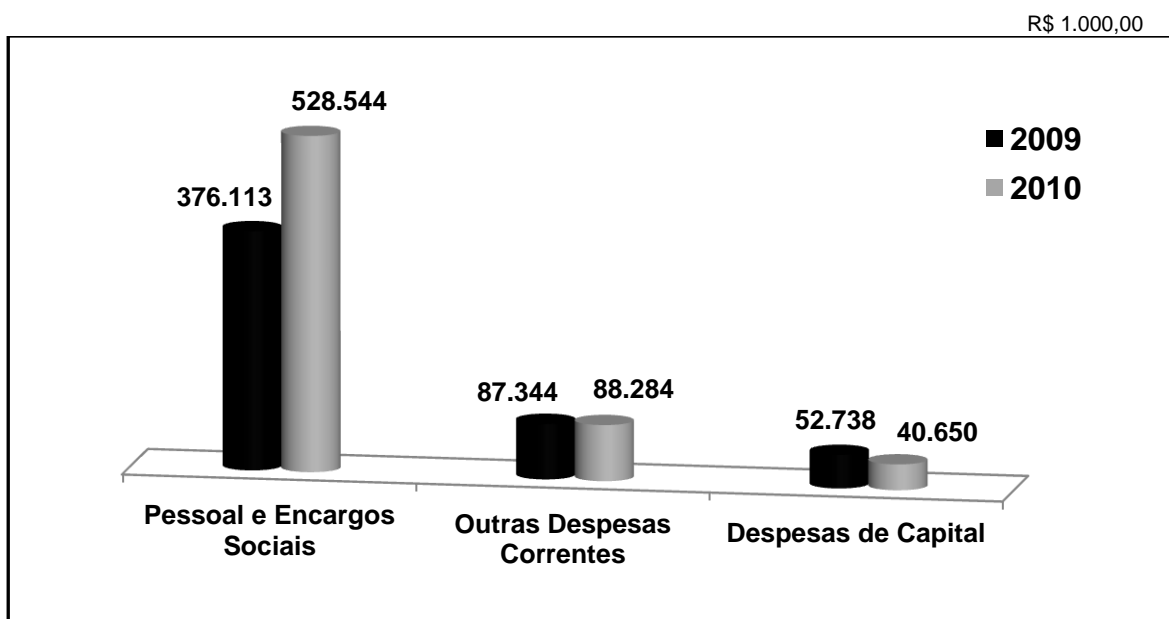
Quando se analise separadamente os Grupos de Despesas, conforme demonstrado através do gráfico nº 21, chega-se à seguinte constatação:

As Despesas que obtiveram o maior percentual de acréscimo no ano de 2010 foram as destinadas ao Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, que pode estar relacionado ao ingresso de novos servidores aprovados através do concurso realizado em 2009, ano anterior e ainda ao aumento salarial concedido aos Professores e técnicos administrativos. Esse acréscimo foi de aproximadamente 40,5%.

O Grupo Outras Despesas Correntes receberam um aumento percentual aproximado de apenas 1%, o que pode significar redução das despesas administrativas, crescentes em anos anteriores.

Quanto às Despesas de Capital, verifica-se que houve uma redução significativa de aproximadamente 22,9%. É importante salientar que este grupo de despesas que vinha recebendo acréscimos significativos a partir do ano de 2007, sofre uma redução importante em 2010, o que pode significar diminuição de investimentos e aquisição de materiais permanentes na Universidade de Brasília neste ano.

Gráfico 21 - Evolução dos Repasses MEC – FUB - 2009/2010 – por Grupos de Despesas.



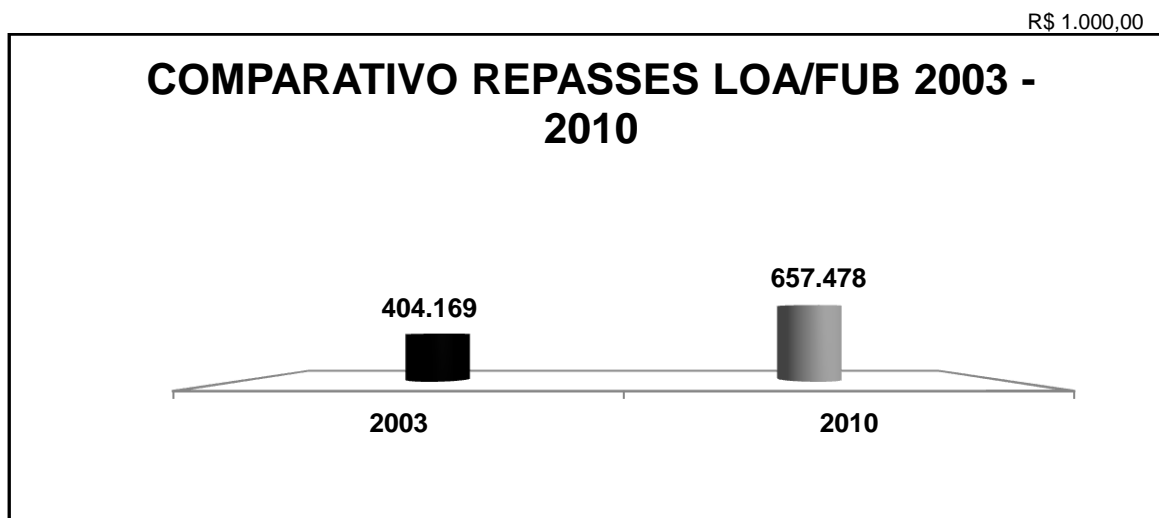
Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

O gráfico abaixo compara os recursos repassados pelo MEC à FUB através do orçamento inicial (LOA) nos anos de 2003 e 2010. Conforme mencionado na análise do Gráfico nº 1, o aumento percentual neste período foi de aproximadamente 62,67%.

Percebe-se que esta evolução foi bastante significativa, no entanto, quando desmembrados por grupos de despesas, em alguns períodos os valores não obtiveram crescimentos, ou estes foram insignificantes.

Gráfico 22 – Comparativo dos Repasses MEC– FUB - 2003 e 2010.

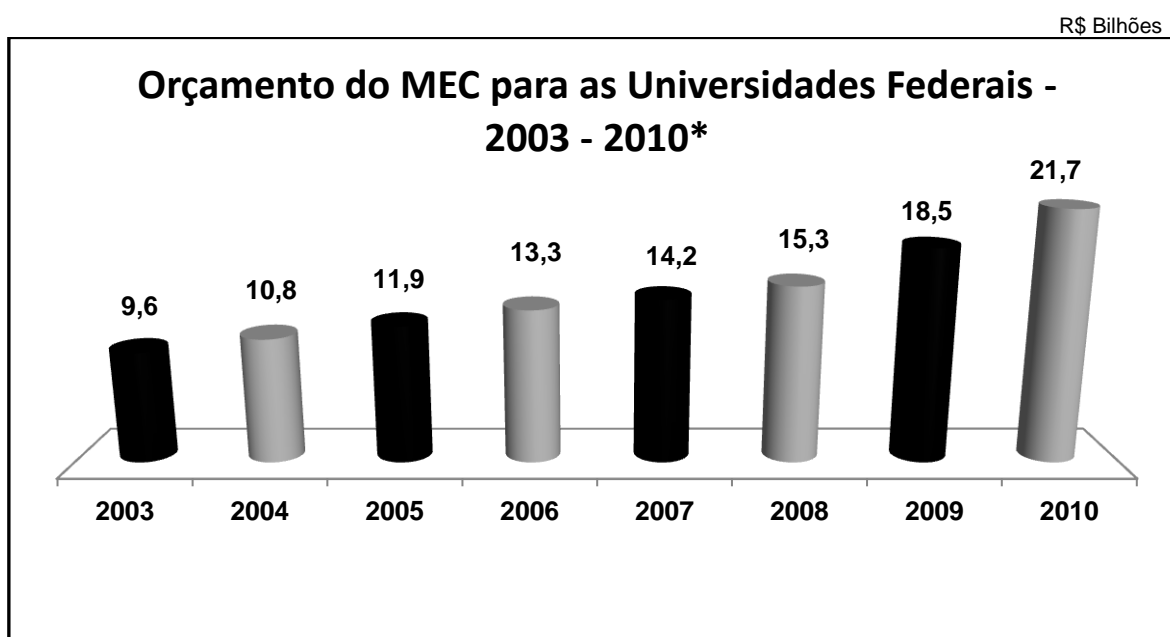


Fonte: FUB/UnB
Nota: Valores Nominais

Elaboração própria

Objetivando realizar uma comparação entre a evolução dos Gastos do Tesouro com as Universidades Federais e com a FUB no período de 2003 a 2010, abaixo é reproduzido o gráfico com a evolução dos Gastos Federais com as Universidades Federais no mesmo período.

Gráfico 23 - Evolução do Orçamento do MEC para as Universidades Federais – 2003 a 2010



Fonte: SPO/SE/MEC

* Inclui hospitais universitários

* Valores constantes (IPCA médio)

Elaboração Própria

Segundo o MEC, o fortalecimento da educação superior passa necessariamente pelo reconhecimento da importância das universidades federais, que receberam nova visibilidade nos últimos anos. O orçamento das universidades federais mais que duplicou de 2003 a 2010.

No entanto, conforme observado acima, os recursos destinados à Universidade de Brasília através da LOA não obtiveram este mesmo percentual de aumento, principalmente quando se analisa separadamente os Grupos de Despesas.

A evolução nos recursos do Tesouro consignados à FUB no período de 2003 a 2010 não foi constante e nem progressiva em todos os anos para todos os grupos de despesas analisados, em alguns anos determinados grupos de despesas obtiveram reduções ou estes se mantiveram estagnados, em comparação ao ano imediatamente anterior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi a prestação de uma contribuição à avaliação dos Gastos Públicos Federais com o Ensino Superior no Brasil, e em especial com as Universidades Federais.

A Universidade de Brasília, foco deste estudo, apesar ter seu orçamento composto por diversas fontes, tais como as chamadas receitas próprias e receitas captadas por unidades descentralizadas/ arrecadadoras como CESPE, EDU, CDT, CEAD, CPD, CEFTRU, ele ainda é composto por 2/3 de repasses do Tesouro, principalmente através da LOA.

Verificou-se que os Gastos Federais com a Universidade de Brasília no período de 2003 a 2010, não seguiram uma tendência crescente em todos estes anos. Em 2006, 2008 e 2009 houve involução nos recursos totais comparativamente ao ano imediatamente anterior, diferentemente dos repasses da União para o grupo das Universidades Federais, cujos aumentos foram constantes.

Constatou-se que o grupo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais obteve evolução em 2004, 2005, 2007 e 2010 e redução em 2006, 2008 e 2009, seguindo a mesma tendência dos recursos totais. Grande parte desses valores referem-se à inativos e pensionistas. Desta forma, a maioria dos recursos destinados à despesas com servidores não significa necessariamente investimento em pessoal.

Foi observado que o grupo de despesas de Capital, que se referem a recursos destinados a investimentos, teve uma melhora significativa em praticamente todo o período analisado, sofrendo perdas apenas no ano de 2006, quando os recursos foram nulos.

Além disso, observou-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes obteve uma evolução positiva em todo o período analisado, o que pode estar relacionado com aumento com despesas de manutenção.

Diante do exposto, e apesar de se constatar constantes avanços percebidos no Ensino Superior e nos repasses do Tesouro à Universidade de Brasília, é imprescindível que esta Instituição consiga afirmar a sua autonomia, que é garantida por lei, visto que sem essa autonomia, ela não consegue executar um planejamento efetivamente, pois muitas restrições impedem ou dificultam a utilização dos recursos em áreas que realmente necessitam deles.

Por outro lado, sugere-se como objeto de futuras pesquisas, a análise de possibilidade da Universidade de Brasília estabelecer uma forma justa de cobrar taxas de alunos que comprovadamente possam pagar, visto que se trata de recursos que estão teoricamente ao seu alcance, os quais podem ser uma forma da Instituição se fortalecer e assim realizar maiores e melhores investimentos, e de forma mais ágil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mansueto. O Novo Estado Desenvolvimentista e o Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, América do Norte, 7, mai. 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ret/article/view/26880/17836>. Acesso em: 11 Mar. 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Um balanço preliminar do Governo Lula: a grande mudança medida pelos números.** 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58almeida.htm>. Acesso em: 22 mai. 2013.

AMARAL, Nelson Cardoso, **Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado**, Editora Unimep, Piracicaba (SP), 2003.

AMARANTE, Patrícia Araújo; MOREIRA, Ivan Targino. **A Evolução dos Gastos Públicos por função e por grupo de despesas no período de 1980 a 2006.** Disponível em http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/ANAIS/Area8/8CCSADEMT05-P.pdf . Acesso em 11 mar de 2013.

ARAÚJO, J. A.; MONTEIRO, V. B.; CAVALCANTE, C. A. **A influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos Municípios do Ceará.** In: CARVALHO, E.B.S (org). Encontro Economia do Ceará em Debate 2010. Fortaleza: IPECE, 2010.p.176-200.

BENEVIDES, Claudia do Valle. **Um Estado de Bem Estar Social no Brasil?** 2011. Disponível em <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/EBES_no_Brasil__2_dissertacao_benevides.pdf> Acesso em 14 mar de 2013.

BORGES. Duscelino Pereira (2005). **A Expansão do Ensino Superior Público no Brasil e a Questão do Financiamento no Período 1995-2002: O Caso da Universidade de Brasília.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A coleta de dados das IFES para alocação de recursos orçamentários.** Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96).

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Secretaria de assuntos estratégicos da presidência da República. IPEA. Comunicado n.º 75 - **Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. Brasília: IPEA, 2011.

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido; CHAVES, José Valente e DUARTE, Bruno Carvalho. **Gasto Social Federal: prioridade Macroeconômica no período de 1995-2010**. Nota Técnica N. 9 do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília: IPEA, 2011.

CORBUCCI, P. R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma**. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*. São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004.

_____. **As universidades federais: gastos, desempenho, eficiência e produtividade**. Brasília: Ipea, 2000. 64 p. (Texto para Discussão n. 752).

CORBUCCI, P.R.; MARQUES, P.M.F. **Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior: um estudo sobre a Universidade de Brasília**. Brasília, DF: IPEA, 2003. (Texto para discussão n. 999)

FERNANDES, José Lúcio Tozetti. **Indicadores para a avaliação da gestão das universidades federais brasileiras: um estudo da influência dos gastos sobre a qualidade das atividades acadêmicas do período 1998-2006**. 2009. 117 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FERNANDES, Maria Alice *et alii*. **Dimensionamento e acompanhamento do gasto social federal: 1994/1996**.— Brasília: IPEA, fev. 1998. (Texto para Discussão, n.547).

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14ª ed. ampliada, revista e atualizada – 2. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas (Teoria e prática no Brasil)**. 3ª ed. São Paulo: Editor Campus. 2008. 496p.

GUERREIRO, Maria P. **Análise dos Gastos Sociais Brasileiros na Perspectiva do Estado de Bem-Estar Social: 1988 a 2008**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Controle de gastos públicos, crise econômica e governabilidade no Brasil**. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 36, n. 144, p. 11-54, 1999.

MENDES, Marcos. **Eficiência do gasto público: o governo focado na solução das “falhas de mercado”**. In: Ciclo de Palestras para Gestores Públicos da Escola de Governo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), 1º, 2008, Rio Grande do Norte. Disponível em:

<http://www.idema.rn.gov.br/contentProducao/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/paper_efi_cientiagastopublico_mmendes.pdf> Acesso em: 28 fev. 2013.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. (2012) **Ensino Superior no Brasil: Expansão, Diversificação e Inclusão.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2013.

OTRANTO, C. R. **A reforma da educação superior do governo Lula: Da inspiração à implantação.** In: SILVA JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). Reforma universitária: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006.

Perspectivas da política social no Brasil. n. 8. Brasília: IPEA, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financiamento da educação no governo Lula.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 323-340, maio/ago. 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa, and Aline Selau Dall Igna. "**Análise dos Gastos Públicos das Universidades Federais da Região Sul do Brasil.**" *Revista Eletrônica de Contabilidade* 3.2 (2006): 93.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ROCHA, F. e GIUBERTI, A. C. (2007). **Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiro.** *Economia Aplicada*, vol. 11, n.º 4, out./dez., pp. 463-485, 2007.

SANTOS, Antônio Carlos. **Gastos Públicos no Brasil: evidência da dinâmica dos gastos correntes federais no período de 1995 a 2006.** 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SILVA, Romildo Araújo. **Evolução e dinâmica dos gastos do governo federal brasileiro no período 1995-2005.** 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba,

Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015.** Plano de Atividades – 2011. Orçamento Programa Interno 2011. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Brasília, DF.

_____. **Relatório de Gestão 2003.** 2003.

_____. **Relatório de Gestão 2004.** 2004.

_____. **Relatório de Gestão 2005.** 2005.

_____. **Relatório de Gestão 2006.** 2006.

_____. **Relatório de Gestão 2007.** 2007.

_____. **Relatório de Gestão 2008.** 2008.

_____. **Relatório de Gestão 2009.** 2009.

_____. **Relatório de Gestão 2010.** 2010.